



ACADEMIA MILITAR

Base de dados de identificação de impressões digitais – A identificação Civil e Criminal

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Miguel Nogueira

Orientador: Dr. António Luís Barata de Brito Carvalho Neves

Coorientador: Capitão de Cavalaria da GNR Sérgio Rodrigues

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2017



ACADEMIA MILITAR

Base de dados de identificação de impressões digitais – A identificação Civil e Criminal

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Miguel Nogueira

Orientador: Dr. António Luís Barata de Brito Carvalho Neves

Coorientador: Capitão de Cavalaria da GNR Sérgio Rodrigues

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2017

“A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente garantidos”.

CRP

DEDICATÓRIA

À família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Dr. António Luís Barata de Brito Carvalho Neves, pelo apoio prestado ao longo de todo o trabalho e pela disponibilidade sempre constante

A todas as entidades que prontamente responderam às entrevistas efetuadas no âmbito da elaboração da tese pelo seu contributo e disponibilidade.

Aos meus camaradas de curso pela amizade e espírito de corpo.

RESUMO

O presente trabalho de investigação foi subordinado ao tema: “*Base de dados de identificação de impressões digitais – A identificação Civil e Criminal*”. A prova lofoscópica, pelas suas características, apresenta-se como um elemento fundamental no âmbito da investigação criminal, pelo que o acesso a uma base de dados que contempla a resenha lofoscópica de todos os cidadãos poderá tornar-se uma ferramenta com grande relevância no campo da investigação criminal. Contudo o acesso e utilização poderá colidir com direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Assim, a investigação tem como objetivo principal investigar se o referido acesso por parte das forças e serviços de segurança à base de dados civil de impressões digitais, no âmbito da investigação criminal, coloca em causa os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A metodologia empregue segue uma matriz dedutiva, focando-se numa revisão sistemática da literatura que teve como base a análise documental sobre as premissas em estudo e análise das entrevistas efetuadas a especialistas na área.

Concluímos que a principal vantagem de acesso à base de identificação civil se caracteriza pelo facto de contemplar todos os cidadãos, ao contrário da base já existente para fins de identificação criminal que apenas é composta por indivíduos já condenados em processo-crime. Contudo, apresenta como principal inconveniente o facto de apenas ter no seu registo os dois dedos indicadores o que, em determinados casos, poderá tornar a mesma irrelevante. No que respeita à relação da sua utilização com os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos constitucionalmente previstos, esta colidirá com os mesmos se o acesso não estiver previsto na lei e o seu acesso não se constituir como forma de defesa de direitos de outrem.

Palavras-chave: base de dados, direitos pessoais, impressões digitais, investigação criminal,

ABSTRACT

The present research work is subordinated to the theme: “*Fingerprint identification data base - The Civil and Criminal Identification*”. The lophoscopic evidence, for its characteristics, presents itself as a fundamental element within the scope of the criminal investigation, so the access to a data base that contains the lophoscopic information of all citizens might become a tool of great relevance in the field of criminal investigation, however its access and usage can clash with the citizens’ rights, liberties and guarantees.

This way the research has as the main goal the investigation and if the previously mentioned access by law enforcement forces and services to the civil fingerprint data base, in the field of criminal investigation, compromises the citizens’ rights, liberties and guarantees.

The used methodology follows a deductive model, focusing itself in a systematic review of the literature that had as base the documental analysis about the premisses under study and the analysis of interviews made to specialists in the field of study.

We can conclude the main advantage of the base of civil identification is characterized by the contemplation of all citizens, unlike the previous existing data base of criminal identification made up of only previously convicted individuals, in criminal procedures. However the main setback comes from having in record only the two index fingers, which, in particular case, might be irrelevant. Regarding the relation between this usage and the citizens’ rights, liberties and guarantees constitutionally foreseen will only clash if the access is not provided by pre established laws and is not a form of defense of the rights of others.

Keywords: criminal investigation, data base, fingerprints, personal rights

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	x
ÍNDICE DE QUADROS	xi
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	xiii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - IMPRESSÕES DIGITAIS – A IDENTIFICAÇÃO CIVIL E	
CRIMINAL	4
1.1 A Lofoscopia.....	4
1.2 A Dactiloscopia.....	4
1.3 Impressões Digitais	6
1.4 A utilização das impressões digitais na Investigação Criminal - A recolha	8
1.4.1 Competência dos Órgãos de Policia Criminal na recolha de provas e na Investigação Criminal	9
1.4.2 A inspeção judiciária no local do crime	10
1.4.3 Vestígios Lofoscópicos	10
1.5 A utilização das impressões digitais na identificação civil.....	13
CAPÍTULO 2 - UTILIZAÇÃO DAS BASES DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL PARA	
FINS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL – POTENCIALIDADES E RELAÇÃO	
COM DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS	15
2.1 Investigação Criminal – Potencialidades do acesso à base civil.....	15
2.2. Utilização das bases civis de impressões digitais para fins de investigação criminal – Questões Jurídico-legais	17
2. 2.1 Os direitos Fundamentais	18

2.2.1.1 Direito à reserva da intimidade da vida privada	18
2.2.1.2 Direito à proteção perante o tratamento de dados pessoais informatizados	19
2.2.1.3 Direito à segurança	20
2.2.2 Princípios Fundamentais	21
2.2.2.1 Princípio da não autoincriminação	21
2.2.2.2 Princípio da presunção de inocência.....	21
2.2.2.3 Princípio “ <i>in dubio pro reo</i> ”	22
2.2.2.4. Princípio da proporcionalidade.....	22
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO.....	24
3.1 Método e Procedimento do Trabalho de Investigação.....	24
3.2 Questões de Investigação.....	25
3.3 Técnicas de Recolha e Tratamento de Dados	26
3.3.1 Análise documental.....	27
3.3.2 Inquérito por Entrevista.....	27
CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS	
RESULTADOS	31
4.1 Análise e discussão dos resultados das entrevistas	31
4.1.1 Análise de conteúdo da Questão 1	31
4.1.2 Análise de conteúdo da Questão 2	32
4.1.3 Análise de conteúdo da Questão 3	34
4.1.4 Análise de conteúdo da Questão 4	36
4.1.5 Análise de conteúdo da Questão 5	39
4.1.6 Análise de conteúdo da Questão 6	41
4.1.9 Análise de conteúdo da Questão 7	42
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
APÊNDICES	I
Apêndice A – Proteção de Dados - Enquadramento Legal.....	II
Apêndice B – Carta de Apresentação	VII
Apêndice C – Guião de Entrevista	IX
Apêndice D – Quadro Resumo das Questões de Investigação e Entrevista	XI
Apêndice E – Codificação Alfanumérica das Respostas dos Entrevistados.....	XIII

Apêndice F – Quadro Análise de Conteúdo de Entrevistas.....	XV
ANEXOS	XXII
ANEXO A - Impressões Digitais	XXIII
ANEXO B - Fases de uma Inspeção Lofoscópica	XXIV
ANEXO C - Modelo de Cotejo de Impressões Digitais e Palmares	XXV
ANEXO D - Modelo de Resenha de Impressões Digitais e Palmares	XXVII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 - Representação dos três tipos de impressões	XXIII
Figura n.º 2 - Classificação das impressões digitais segundo o “Sistema de Oloriz” ...	XXIII
Figura n.º 3 - Representação dos pontos característicos.....	XXIII
Figura n.º 4 - Representação das fases de uma inspeção lofoscópica	XXIV
Figura n.º 5 - Modelo de cotejo de impressões digitais	XXV
Figura n.º 6 - Modelo de cotejo de impressões palmares	XXVI
Figura n.º 7 - Modelo de resenha de impressões digitais	XXVII
Figura n.º 8 - Modelo de resenha de impressões palmares.....	XXVIII
Figura n.º 9 - Modelo de resenha de impressões da palma direita	XXIX
Figura n.º 10 - Modelo de resenha de impressões da palma esquerda	XXX

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Caracterização dos Entrevistados.....	30
Quadro n.º 2 - Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 1	31
Quadro n.º 3 - Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 2.....	32
Quadro n.º 4 - Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 3.....	34
Quadro n.º 5 - Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 4.....	36
Quadro n.º 6 - Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 4.1	38
Quadro n.º 7 - Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 5.....	39
Quadro n.º 8 - Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 6.....	41
Quadro n.º 9 - Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 7.....	42
Quadro n.º 10 - Quadro resumo das questões de investigação e entrevista.....	XI
Quadro n.º 11 - Codificação Alfanumérica das Respostas às Questões das Entrevistas..	XIII
Quadro n.º 12 - Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q1	XV
Quadro n.º 13 - Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q2	XVI
Quadro n.º 14 - Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q3	XVII
Quadro n.º 15 - Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q4	XVIII
Quadro n.º 16 - Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q4.1	XIX
Quadro n.º 17 - Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q5	XIX
Quadro n.º 18 - Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q6	XX
Quadro n.º 19 - Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q7	XX

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice A	Proteção de dados - Enquadramento Legal
Apêndice B	Carta de Apresentação
Apêndice C	Guião de Entrevista
Apêndice D	Quadro Resumo das Questões de Investigação e Entrevista
Apêndice E	Codificação Alfanumérica das Respostas dos Entrevistados
Apêndice F	Quadro Análise de Conteúdo de Entrevistas

Anexo A	Impressões Digitais
Anexo B	Fases de uma Inspeção Lofoscópica
Anexo C	Modelo de Cotejo de Impressões Digitais e Palmares
Anexo D	Modelo de Resenha de Impressões Digitais e Palmares

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AFIS	Automated Fingerprint Identification System
AJ	Autoridade Judiciária
Al.	Alínea
Art.º	Artigo
CEDH	Convenção Europeia dos Direitos do Homem
Cfr.	Conforme
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CRP	Constituição da República Portuguesa
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
GNR	Guarda Nacional Republicana
LOIC	Lei da Organização da Investigação Criminal
MP	Ministério Público
n.º	Número
NTP	Núcleo Técnico-Pericial
OPC	Órgãos de Polícia Criminal
PGR	Procuradoria-Geral da República
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
QC	Questão Central
QD	Questão derivada
SS	Seguintes

INTRODUÇÃO

Este trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema: Base de dados de identificação de impressões digitais – A identificação civil e criminal, insere-se no âmbito da estrutura curricular da Academia Militar.

Pretende-se demonstrar a necessidade de uma base de dados nacional de impressões digitais para efeitos criminais, percebendo o seu enquadramento legal, a relação da sua existência com os direitos, liberdades e garantias do cidadão e a sua pertinência na investigação criminal, surgindo como uma ferramenta de investigação.

O tema surge em resultado, da investigação que foi possível desenvolver neste âmbito, pois citando (Oliveira, 2013), no que se refere à forma e meios utilizados para a identificação de indivíduos com a qualidade processual de arguidos não se conhecem debates profundos sobre esta matéria, quer pela doutrina, quer pela jurisprudência, conquanto ser um tema potencialmente gerador de ampla discussão, bem como pertinente no que respeita ao combate à criminalidade.

Na história da identificação criminal, o século XX foi a “*Era da Dactiloscopia*”, isto é, da disseminação e da elevada credibilidade conferida às análises das impressões digitais nos processos de investigação criminal (Cole, 2001). Estas são vestígios que possibilitam a identificação humana com base no tipo de impressão presente no local do crime, que posteriormente é comparada com a amostra de um possível suspeito (Monteiro, 2010).

Quando se está perante um crime, muitas das vezes não planeado, há uma grande probabilidade do autor desse mesmo crime deixar no local vestígios dermopapilares com relevante interesse para uma possível resolução do caso, podendo os mesmos ser de origem dactiloscópica (pontas dos dedos), quiroscópica (palmas das mãos) ou pelmatoscópica (planta dos pés) (Pinheiro, 2008), razão pela qual a identificação através das impressões digitais ser uma das formas mais comuns no âmbito dos sistemas de identificação criminal.

Em Portugal, no que respeita à recolha de impressões digitais, a lei permite que tal seja efetuado no âmbito da identificação civil com a finalidade de atribuição do cartão de cidadão ou passaporte e no âmbito criminal, sendo concedido autorização à autoridade judiciária (AJ) e aos órgãos de polícia criminal (OPC) a recolha de impressões digitais

como forma de identificação de suspeitos, pelo que é importante perceber a importância de um possível acesso por parte das forças e serviços de segurança à base de dados de identificação civil, com fins de investigação criminal. Contudo tal acesso poderá esbarrar com os direitos e princípios constitucionalmente garantidos, o que inviabilizaria uma alteração legislativa neste sentido.

Para a concretização do estudo concebeu-se um objetivo geral que procura investigar se um possível acesso por parte das forças e serviços de segurança à referida base de dados civil de impressões digitais utilizada para efeitos de identificação civil, no âmbito da investigação criminal, coloca em causa os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Consequentemente, os objetivos específicos consistem em (1) “verificar as potencialidades da prova lofoscópica”, (2) “verificar as potencialidades e inconvenientes de um possível acesso à base de dados” e (3) “verificar quais os direitos e princípios constitucionalmente garantidos que possam ser postos em causa pelo acesso à base de dados”. Deste modo, a prossecução de objetivos implica a formulação de questões, sendo que as respostas contribuem para a elucidação da investigação. A questão central (QC), devendo “*sugerir a direção a tomar para realizar a investigação (...)*” (Fortin 2003, p.59), concretiza-se da seguinte forma:

Em que medida o acesso à base de dados civil de impressões digitais, para efeitos de investigação criminal, coloca em causa os direitos dos cidadãos?

Desta forma, para dar resposta a esta questão, e tendo em conta a prossecução dos objetivos específicos, foram desenvolvidas um conjunto de questões derivadas (QD), que são descritas no Capítulo 4 (Metodologia da Investigação).

Neste sentido, foi feito o estudo de duas premissas, “*direitos, liberdades e garantias*” e “*vantagens operacionais do acesso à base de dados*”, tendo como base lógica o método dedutivo e utilizando para tal como técnicas de recolha de dados, o inquérito por entrevista e a análise documental com o intuito de dar respostas às questões de investigação.

No primeiro capítulo, foi feita uma revisão da literatura no que respeita à lofoscopia como ciência, e a história da sua utilização na investigação criminal e na identificação civil. É ainda apresentado o conceito de impressões digitais, a sua constituição, os métodos de classificação e os seus pontos característicos. No que respeita à utilização das impressões digitais na investigação criminal, é exposto neste capítulo as impressões

digitais como meio de prova em Portugal, a competência dos órgãos de polícia criminal no que respeita à recolha da prova, a inspeção judiciária no local do crime, a recolha dos vestígios lofoscópicos e ainda a base AFIS (Automated fingerprint identification System). No que respeita à identificação civil, são apresentados os documentos de identificação que contém impressões digitais como forma de identificação, e que por tal facto constituem também uma base de impressões digitais.

No segundo capítulo, são expostas as potencialidades de um acesso no âmbito da investigação criminal às bases de impressões digitais de identificação civil, sendo feita uma análise às questões jurídico-legais que poderão emergir em virtude do referido acesso, recorrendo para tal ao Código de Processo Penal (CPP), no que respeita à recolha de prova e à Constituição da República Portuguesa (CRP), analisando os direitos e princípios constitucionalmente garantidos e que poderão ser postos em causa pelo acesso à referida base.

No terceiro capítulo, é anunciado o enquadramento metodológico, sendo exposta a metodologia adotada, debruçando-se sobre a natureza da investigação, os objetivos, o procedimento metodológico, as técnicas de recolha, tratamento e análise de dados, e ainda a caracterização da amostra.

No quarto capítulo, é elaborada a análise de resultados de cada questão decorrente do inquérito por entrevista e a respetiva análise e discussão.

Por fim, são apresentadas as conclusões, nas quais são expostas as respostas às QC e QD.

Importa referir que na elaboração deste trabalho de investigação apicada, seguiu-se as Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação, publicada pela norma de execução permanente 522/1.^a Academia Militar (AM, 2016).

CAPÍTULO 1 - IMPRESSÕES DIGITAIS – A IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

1.1 A Lofoscopia

A lofoscopia é a ciência que se dedica ao estudo da identificação humana através das impressões dermopapilares das extremidades dos dedos, palmas das mãos e planta dos pés. A palavra tem origem no grego, em que “*lofos*” significa crista e “*skopia*” significa observar, examinar. A lofoscopia divide-se em três disciplinas, a dactiloscopia, a quiroscopia e a pelmatoscopia. A dactiloscopia estuda os desenhos formados pelas cristas dermopapilares, designado por impressões digitais, a quiroscopia estuda os desenhos formados pelas cristas nas palmas das mãos e a pelmatoscopia estuda os desenhos formados pelas cristas presentes nas plantas dos pés (GNR, 2002).

A lofoscopia assenta em três princípios: o princípio da perenidade que se caracteriza pelos desenhos dermopapilares existentes na ponta dos dedos, nas palmas das mãos e pontas dos pés não variarem no seu mais pequeno detalhe, quanto ao número, forma, situação e direção das suas cristas aproximadamente a partir do 6.º mês de gestação desaparecendo apenas com a putrefação da derme; o princípio da imutabilidade, pelo facto dos desenhos dermopapilares não mudarem de forma ao longo da vida, mantendo o número de cristas, bem como as suas formas e direções, podendo apenas haver o desgaste das cristas quando em contacto com superfícies ásperas, alcalinas, corrosivas, entre outras, mas que voltarão à normalidade após algum tempo de inatividade e o princípio da diversidade, pois os desenhos dermopapilares variam de dedo para dedo, de palma para palma, de planta do pé para planta do pé, de pessoa para pessoa, não havendo desta forma duas impressões lofoscópicas iguais (Cole, 2001).

1.2 A Dactiloscopia

Na história da identificação criminal, o século XX foi a “Era da Dactiloscopia”, isto é, da disseminação e da elevada credibilidade conferida às análises das impressões digitais nos processos de investigação criminal (Cole, 2001). A evolução da dactiloscopia ocorre

essencialmente em três grandes períodos, o pré-histórico, o empírico e o científico (Matos, 2013). O período pré-histórico, onde o homem primitivo tinha por hábito demarcar o desenho das suas mãos em diversos objetos, inclusive nas paredes das cavernas, onde eram reproduzidas as cristas papilares da palma da mão e das extremidades dos dedos. O período empírico, ocorre entre o século VII e VIII, foi caracterizado pelo facto de em alguns países do oriente ser utilizado os dedos com tinta sobre os documentos oficiais, sendo essas impressões consideradas elementos de identificação, muitas vezes como forma de substituição da assinatura. O período científico, que compreende aproximadamente dois séculos, iniciou-se em 1664 com a obra de Marcelo Malppighi, onde relata os desenhos dos dedos e dos seus componentes como as cristas e os pontos. Já em 1858, William Hershel descobre o facto de cada impressão digital ser única, não se repetindo entre indivíduos nem entre dedos do próprio indivíduo.

Em 1880, o médico britânico Henry Faulds sugeriu num estudo a recolha de dactilogramas com finalidade identificativa, sendo o primeiro europeu a sugerir a importância da lofoscopia na investigação criminal.

No ano de 1892 houve importantes contributos, Francis Galton, numa obra de sua autoria “Finger Prints” onde apresentou os pontos característicos, que se dividiam em três grupos básicos, arcos, presilhas e verticílios e que ficaram conhecidos como “Pontos de Galton”. No mesmo ano Juan Vucetich originou a primeira identificação dactiloscópica de um vestígio impresso em sangue deixado no local do crime, levando à condenação cientificamente sustentada do autor, e à exoneração da qualidade de suspeito de um indivíduo previamente detido.

Em Portugal a dactiloscopia foi utilizada pela primeira vez em 1904, mas apenas em 1911 foi efetuada a primeira descoberta de um criminoso, pelo médico investigador Rodolfo Xavier da Silva através das impressões digitais deixadas no local do crime. Tendo em 1904 identificado um cadáver pela mesma via (Oliveira, 2012). Em 1952, militares da GNR integram pela primeira vez o curso de pesquisa policial na Escola Técnica de Polícia, que era destinado a agentes da PIDE mas também a funcionários de outros organismos policiais (Valente, 2003). Baseado no sistema de classificação de Vucetich, Frederico Olariz Aguilera criou um sistema de identificação que em 1957 foi adotado pela primeira vez em Portugal pela Polícia Judiciária, e consistia num sistema em que era efetuado o registo fotográfico do arguido, bem como características próprias do mesmo como a cor dos olhos, cicatrizes, tatuagens e a resenha dactiloscópica (dedos) e quiroscópica (palmas) (Pinheiro, 2013).

1.3 Impressões Digitais

A impressão digital é “*a marca ou sinal deixado em certas superfícies pelos relevos da pele dos dedos*” (GNR, 2002). Podem apresentar-se em três maneiras distintas designadamente como impressão moldada, que resulta da pressão sobre uma superfície mole, impressão visível, quando as cristas papilares da impressão são cobertas por uma matéria corante como a tinta, ou sangue, e a impressão latente que resulta do contacto dos dedos com uma superfície¹ (Peixoto & Ramos, 2010).

Na sua constituição temos cristas, sulcos, poros e acidentes. As cristas dermopapilares apresentam espessuras e direções variáveis, originando três sistemas de cristas, o basilar, o nuclear ou central e o marginal em função da localização das cristas. (Pinheiro, 2013). Os sulcos interpapilares, acompanham as cristas e refletem os seus acidentes, sendo os acidentes provocados pela descontinuidade das cristas, que não sendo traços contínuos, formam os pontos característicos (Knowles, 1978).

Em Portugal, o método de classificação de impressões digitais adotado é o “Sistema de Oloriz”. Este método provém dos sistemas de Galton-Henry e de Vucetich que tem por referência a figura do “delta” ou a ausência dele. O delta tem a forma de um triângulo, e surge quando duas cristas se desviam e se aproximam de uma terceira (Hong & Jain, 1998).

Assim, quando não se verifica a presença de nenhum delta classifica-se como adéltico ou arco em que as cristas são praticamente horizontais e ligeiramente arqueadas no centro com arcos na parte superior. Quando é possível identificar os três sistemas de cristas (basilar, marginal e nuclear) e apenas um delta a classificação é denominada de monodéltica. Se se encontrar à direita é designado de dextrodelta sendo formada uma crista central direcionada para o lado direito. Caso se encontre à esquerda é designado de sinistrodelta, formando uma crista central ao centro direcionada para o lado esquerdo. Quando se consegue identificar dois ou mais deltas, sempre com os três sistemas de cristas (basilar, marginal e nuclear) classifica-se em polidéltico ou verticilo² (Pinheiro, 2013).

A descontinuidade das cristas forma vários acidentes, que não sendo traços contínuos, são denominados por pontos característicos (Knowles, 1978) sendo estes

¹ Cfr. Anexo A – Impressões Digitais – Figura n.º1 – Representação dos três tipos de impressões

² Cfr. Anexo A – Impressões Digitais – Figura n.º2 – Classificação das impressões digitais segundo o “Sistema de Oloriz”

utilizados na identificação de uma impressão digital. Segundo Simas, Calisto e Calado (2002) podemos considerar 14 pontos característicos³ em função das especificidades das cristas dermopapilares, nomeadamente:

- Abrupta – quando uma crista papilar termina de forma abrupta, não voltando a aparecer (A na Figura A.3.);
- Bifurcação – quando uma crista se divide em duas (B na Figura A.3.);
- Convergência – quando duas cristas se fundem numa (C na Figura A.3.);
- Desviante – quando uma crista papilar termina começando outra ligeiramente desviada (D na Figura A.3.);
- Empalme – quando uma pequena crista se une a outras duas cristas paralelas (E na Figura A.3.);
- Fragmento – fração de crista isolada, que se difere do “ponto” por ter mais comprimento que largura (F na Figura A.3.);
- Interrupção – quando uma crista termina, mas aparece novamente na mesma direção (I na Figura A.3.);
- Olhal – quando uma crista se bifurca e sem interrupção estas duas convergem, continuando o seu caminho (O na Figura A.3.);
- Pínel – quando uma crista se ramifica em três cristas;
- Ponto – fragmento de crista isolado (P na Figura A.3.);
- Ramo – quando uma pequena crista nasce de uma outra e segue paralelamente. Difere da “bifurcação”, pois a união faz-se por um pequeno semicírculo e não por um ângulo agudo;
- Secante – quando duas cristas convergem e bifurcam imediatamente (S na Figura A.3.);
- Transversal – quando uma crista se desvia do seu trajeto para dar lugar a outra que iniciou e segue, paralelamente, tomando o caminho da outra (T na Figura A.3.);
- Volta – quando uma crista papilar chega a um ponto e regressa ao sentido de partida (V na Figura A.3.).

Em Portugal, para uma impressão digital ser considerada válida para efeitos de prova, esta tem de ser coincidente em pelo menos doze pontos mais um de confirmação. Esta teoria surge pela primeira vez num documento em 1914, Edmond Locard, francês, publicou o artigo *La Preuve Judiciaire par les Empreintes Digitales* em Lyon, onde

³ Cfr. Anexo A – Impressões Digitais – Figura n.º3 - Pontos Característicos

apresentou a sua teoria, que ficou conhecida como a *Teoria Tripartite*. Esta teoria tem três pressupostos:

- “Se mais de 12 pontos característicos estão presentes e a impressão está clara, então a certeza da identidade é indubitável;
- Se 8 ou 12 pontos estão presentes, então o caso está no limite e a certeza de identidade dependerá: da qualidade da impressão digital; da raridade do tipo em questão; da presença do núcleo e\ou do delta da impressão; da presença de poros; da perfeita e clara identidade em relação aos sulcos e cristas, a direção das linhas e o valor do ângulo nas bifurcações. Nestes casos, a certeza é obtida somente após uma discussão por um ou mais especialistas competentes e experientes;
- Se um número limitado de pontos característicos estão presentes, o fragmento de impressão digital não pode fornecer certeza para a identificação, mas apenas presunção proporcional ao número de pontos característicos disponíveis e deles identificados.” (Kingston & Kirk, s/d).

1.4 A utilização das impressões digitais na Investigação Criminal - A recolha

No que se refere à identificação de suspeitos, a recolha de impressões digitais só será efetuada na impossibilidade de identificação nos termos dos n.ºs 3, 4 e 5 do Art.º 250.º do CPP.

Já no que se refere aos indivíduos detidos será efetuada somente em caso de necessidade e na impossibilidade de identificar o detido nos termos já referidos no parágrafo anterior. No que se refere a detenções em flagrante delito por práticas de crimes, como o furto no interior de residências, de automóveis, roubo, e outros, deve ser efetuada a recolha das impressões dos detidos, mesmo que se tenha identificado como anteriormente referido.

Não deverão ser recolhidas as impressões digitais do cidadão detido em razão de mandato judicial, porquanto se presume a sua completa identificação por parte da AJ que emitiu o referido mandado. As provas dactiloscópicas podem ser destruídas, na presença do arguido e a pedido deste, se a suspeita não se confirmar, nos termos do n.º7 do art.º250.º do CPP.

A possibilidade de recolha das impressões digitais vem consagrada no n.º 6 do Art.º 250.º do CPP, resultando daí, que estando reunidos os pressupostos legais dessa recolha, o cidadão que recuse permitir a recolha das impressões digitais, incorre no crime de desobediência previsto na alínea b) do n.º1 do Art.º 348.º do Código Penal (CP) (GNR, 1998)

1.4.1 Competência dos Órgãos de Polícia Criminal na recolha de provas e na Investigação Criminal

A Investigação criminal pode ser entendida como a parte integrante do sistema policial dirigida à deteção científica do crime ou o ato de procurar o suspeito e averiguar a sua culpa (Alves, 2005). No que respeita à definição prevista na Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), a Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, no seu Art.º 1.º refere que “*A Investigação Criminal compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, visam averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo.*”

Em Portugal a investigação criminal é regulada pela LOIC e pelo CPP, que no n.º 1 do Art.º 262º refere que “*o inquérito compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação*”, cabendo aos OPC⁴ assistir o Ministério Público (MP) na direção do inquérito, atuando na direta orientação do MP e na sua dependência funcional, previsto no n.º 1 e 2 do Art.º 263.º do CPP conjugado com o Art.º 2.º, n.º 2 da LOIC. Devendo os OPC de acordo com o previsto no Art.º 55.º e n.º 1 e 2 do Art.º 249.º do CPP, conjugado com o n.º 3 do Art.º 2.º e com n.º 1 do Art.º 5.º da LOIC, logo que tenham conhecimento de qualquer crime, comunicarem o facto ao MP no mais curto prazo, que não pode exceder dez dias, devendo iniciar de imediato a investigação e, em todos os casos, mesmo não sendo competente para a sua investigação, praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova, competindo, nomeadamente “*proceder a exames dos vestígios do crime, em especial às diligências previstas no n.º 2 do artigo 171.º e no artigo 173.º, assegurando a manutenção do estado das coisas e dos lugares*” e

“colher informação das pessoas que facilitem a descoberta dos agentes do crime e a sua reconstituição” (...) “proceder a apreensões no decurso de revistas ou buscas ou em caso de urgência ou perigo na demora, bem como adotar as medidas cautelares necessárias à conservação ou manutenção dos objetos apreendidos”.

São OPC de competência genérica a Polícia Judiciária (PJ), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP) de acordo com o previsto no n.º 1 do Art.º 3.º da LOIC, sendo da competência genérica da GNR e da PSP a investigação dos crimes cuja competência não esteja reservada a outros OPC e ainda os crimes cuja

⁴ Nos termos da alínea c) do art.º 1.º do CPP, os OPC são “*todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados por uma AJ ou determinados por este Código*”

investigação lhes seja cometida pela AJ, de acordo com o previsto no art.º 6.º da LOIC. Assim, os OPC de competência genérica possuem os meios necessários, humanos e matérias para concretizar as investigações a si atribuídas pela AJ, incluindo a recolha de vestígios no local do crime.

1.4.2 A inspeção judiciária no local do crime

Toda a inspeção judiciária⁵ deve obedecer a três fases, nomeadamente aos atos preparatórios, à inspeção judiciária propriamente dita e por fim às ações ulteriores.

Desta forma, na primeira fase, ao se ter conhecimento de um crime deverá proteger-se o local, procedendo ao seu isolamento com intuito de o deixar intacto após a ocorrência do crime, devendo-se proceder à identificação e registo fotográfico do mesmo. Na segunda fase, consiste na procura e proteção de vestígios, na reconstrução teórica do local do crime através dos vestígios e na recolha, conservação e transporte dos vestígios presumivelmente relacionados com a prática do crime. A terceira e última fase caracteriza-se pelo acondicionamento e envio de vestígios ao Laboratório Forense, à elaboração dos Relatórios de Inspeção e envio de documentação à entidade judicial.

Em todas as fases do processo descritas anteriormente é essencial a cadeia de custódia da prova, que é definido por Brás (2009), como “ *o processo usado na investigação criminal para manter e documentar a história cronológica de um vestígio, garantindo a sua integridade e a possibilidade de permanente escrutínio do potencial probatório*”, sendo assim fundamental para garantir o valor da prova.

Quanto à classificação dos vestígios podemos considerar os lofoscópicos, biológicos, toxicológicos, físicos, tecnológicos, químicos, entre outros.

1.4.3 Vestígios Lofoscópicos

1.4.3.1 A recolha de impressões digitais e as inspeções lofoscópicas

No que respeita à inspeção lofoscópica à que referir que:

“do ponto de vista processual, a inspeção lofoscópica realizada pelo OPC competente, incluindo a deteção, recolha e transferência de vestígios lofoscópicos,

⁵ “Trata-se de um exame de âmbito forense ao exato local da prática do crime e como tal de interesse para o Tribunal. Consiste num conjunto de observações, constatações e operações técnico-polícias realizadas no local do facto, por pessoal qualificado para recolha de elementos de prova no decurso de uma determinada investigação que por sua vez fundamentam diligências posteriores” in Guarda Nacional Republicana [GNR] (2008). *Manual da EG da gestão do local do crime*. Lisboa: GNR

constitui um exame, que é tratado como meio de obtenção de prova, nos artigos 171.º e seguintes do CPP, com a finalidade específica de individualizar e fixar documentalmente os vestígios da prática de um crime, logo, suscetível de ter interesse para a investigação do crime “investigado” e a determinação dos seus autores” (Tribunal da Relação de Lisboa [TRL], 2016)

A inspeção lofoscópica compreende três fases, sendo que na primeira é elaborada a pesquisa dos vestígios, na segunda fase, é feita a recolha e tratamento desses vestígios, e por fim, na terceira fase é realizada a busca automática dos vestígios dactiloscópicos na base de dados de impressões digitais AFIS⁶ (Matos, 2013).

No que respeita à recolha de vestígios lofoscópicos, existe a obrigatoriedade de se manter o seu valor probatório por vários anos, e como tal é necessário, antes de qualquer contacto com os mesmos documentar a sua posição e a do suporte onde se encontra, um em relação ao outro e ao meio que os rodeia através de fotografia direta de conjunto e curta distância, croqui, ou descrição extensiva do local, sendo o processo de fotografia direta o ideal na recolha deste tipo de vestígio.

Quando estes vestígios assentam em suportes volumosos e por isso o seu transporte não é possível, para além da fotografia, pode-se utilizar a técnica do transplante⁷.

Neste sentido é ainda necessário recolher as impressões digitais (cotejo) das pessoas que habitualmente frequentam o espaço, assim como as dos presentes, para que sirvam de comparação com as que encontremos no local do crime, o que facilitará e simplificará as nossas diligências ao eliminar as que não tenham sido produzidas pelos autores⁸ (GNR, 2008).

1.4.3.2 Base AFIS

Posteriormente, após o tratamento dos vestígios lofoscópicos, os mesmos são comparados com os registos presentes no sistema AFIS.

O sistema AFIS revolucionou a forma de identificação de impressões digitais, pois é um sistema automatizado, caracterizado pela rapidez na identificação de impressões

⁶ Cfr. Anexo B – Fases de uma Inspeção Lofoscópica

⁷ Consiste em colocar a fita adesiva esticada sobre o suporte de mesmo vestígio, prendê-la num local próximo do bordo do vestígio, mas sem o danificar e alisar, comprimindo-a em direção à margem do outro lado do vestígio. Após isso, deverá descolar-se a fita adesiva do suporte do vestígio, verificando se o reagente utilizado aderiu à camada adesiva e se representa fielmente o (s) desenho (s) digital ou palmar que se encontravam no referido suporte, e colocar logo após à ação anterior a fita numa lamela de vidro ou papel fotográfico. Após o transplante para a lamela ou papel fotográfico deve escrever-se no mesmo qual o objeto ou suporte onde se encontrava o vestígio, e qual a posição deste em relação ao próprio objeto. (Cristal, 2009).

⁸ Cfr. Anexo C – Modelo de Cotejo de Impressões Digitais e Palmares

digitais. É constituído por dois subsistemas independentes, o “*tenprint*” e o “*latent subsystem*”. O primeiro tem por função identificar um conjunto de impressões digitais que foram retiradas no âmbito de um processo e determinar se a referida pessoa tem algum registo existente. O segundo subsistema tem por tarefa identificar potenciais impressões retiradas do local do crime, sendo esta mais demorada em virtude de muitas vezes a impressão ser fragmentada ou de má qualidade (Moses, 2010).

Em 11 de Dezembro de 2006, foi concebida e aprovada pelos três OPC de competência genérica, GNR, PSP e PJ o projeto de extensão do sistema AFIS à GNR e à PSP, que teve como objetivo satisfazer as necessidades da Investigação Criminal e assenta na partilha e otimização do sistema AFIS, integrado no Sistema Nacional de Identificações Digitais, no que respeita à recolha, tratamento e análise de vestígios lofoscópicos e impressões digitais, ficando a PJ, GNR e PSP ligados à base central de impressões digitais.

As resenhas lofoscópicas são recolhidas para efeitos de prevenção e investigação criminal e destinam-se a integrar a base nacional de impressões digitais, quando possuam suporte biográfico nos sistemas de informação criminal e estejam de acordo com as seguintes regras ou outra disposição legal superveniente:

- “*Recolhidas a arguidos em processo-crime;*
- *Recolhidas a cidadãos, independentemente da sua nacionalidade, que não sejam portadores de documento de identificação válido ou que recusem identificar-se perante autoridades e órgãos de polícia criminal, no exercício das suas competências de prevenção ou investigação criminal, quando resultem indicações sobre a prática de ato criminoso por parte do identificado;*
- *Recolhidas aos cidadãos portugueses deportados por aplicação, em país estrangeiro, de medida penal de carácter sancionatório;*
- *Recolhidas a condenados em processo-crime;*
- *Recolhidas a inimputáveis a quem tenha sido aplicada medida de segurança;*
- *Quando no sistema de informação criminal exista nº biográfico desprovido de resenha, deve o mesmo ser atualizado, através da criação de resenha lofoscópica a qual será inserida no AFIS.” (Calado, F. et al. 2008)*

Por imposição legal, não é autorizada a realização de resenhas a arguidos por condução sem habilitação legal ou sob a influência de álcool ou de substâncias psicotrópicas.

No que respeita às impressões recolhidas a menores com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, tal ocorrerá apenas para efeitos de obtenção de meios de prova, quando lhes seja aplicada medida tutelar educativa por terem praticado facto qualificado pela lei como crime, devendo tal ser ordenando por AJ competente e somente para a perícia de comparação das impressões com inspeções positiva pendente, de acordo com a Lei tutelar educativa, não podendo ser inserida na base de dados do sistema AFIS.

As resenhas das impressões digitais e palmares incidem sobre:

- “os dez dedos das duas mãos, em duas séries, uma com os dedos na posição pousada e a outra na posição rolada;
- as duas palmas das mãos, na posição pousada e na posição de escritor (bordo distal da palma);
- Uma recolha adicional de ambos os dedos polegares;
- As amputações parciais devem ser anotadas no espaço onde ocorrem e as incapacidades temporárias devem ser averbadas na resenha para recolha quando possível”(Calado, F. et al. 2008),

sendo registada em dois boletins com o respetivo número da resenha⁹.

1.5 A utilização das impressões digitais na identificação civil

Para se diferenciar uma pessoa de outra é necessário um método destinado a estabelecer a sua identidade, ou seja, determinar um conjunto de características próprias que possam individualizar cada pessoa. A impressão digital em virtude das suas características, nomeadamente o princípio da diversidade pelo facto de ter traços próprios e irrepetíveis, são reconhecidas e utilizadas como meio seguro de identificação.

Baseado no parecer n.º 62/2006 da Procuradoria-Geral da República (PGR 2006) para a individualização das pessoas, recorre-se tradicionalmente a elementos intrínsecos, como o sexo, a cor dos olhos e as impressões digitais e a elementos extrínsecos, que resultam da ação do homem e a que a Lei dá relevância jurídica, como o nome, o estado pessoal ou a naturalidade.

De entre os meios criados especificamente para identificar pessoas, no que se refere a pessoas singulares, assumem particular importância os documentos oficiais de identificação, em particular o bilhete de identidade. Este, foi introduzido no nosso ordenamento jurídico em 1918, através do Decreto n.º 4837, associado ao imperativo público de combate à criminalidade.

Atualmente, e com a publicação da Lei n.º 7/2007, surge o Cartão de Cidadão que substituí o bilhete de identidade, passando tal cartão a ser obrigatório para todos os portugueses a partir dos seis anos de idade, de acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 3.º. O mesmo contém um circuito integrado, que entre outras informações contém as impressões digitais do titular do documento identificativo (art.º 8.º), nomeadamente as dos dois dedos indicadores ou outros caso tal não seja possível (n.º 1 do art.º 14.º), deixando as mesmas de figurar no modelo de bilhete de identidade regulado pela Lei n.º 33/99. Contudo, o acesso

⁹ Cfr. Anexo D – Modelo de Resenha de Impressões Digitais e Palmares

às impressões digitais apenas pode ter lugar com o consentimento do titular, ou na falta do seu consentimento, por parte das AJ e policiais, no exercício das suas competências legalmente definidas.

Outro documento utilizado como meio de identificação, quer para cidadãos portugueses, para cidadão nacionais de Estados-membro da União Europeia, ou para os estrangeiros nacionais de países terceiros é o passaporte, de acordo com o previsto no n.º 2 do Art.º 2.º da Lei n.º 5/95, que inclui para além de uma imagem facial, impressões digitais em formatos interoperáveis num suporte de armazenamento integrado de acordo com o Regulamento (CE) n.º 2252/2004 do Conselho, de 13 de Dezembro de 2004, no seu Art.º 1.º e 2.º.

Face ao exposto é de salientar que a recolha e uso das impressões digitais são utilizados como forma de identificação. Em determinados casos verifica-se o seu registo numa base de dados, para se recorrer mais tarde, em caso de necessidade com o intuito da identificação civil, como sucede com o cartão de cidadão. Relativamente a pessoas suspeitas da prática de crime, é também permitida a recolha de impressões digitais, como forma de identificação civil, na impossibilidade de identificação de acordo com o previsto no Art.º 250.º do CPP.

No âmbito da segurança, relacionada com a circulação das pessoas a nível internacional, a recolha de impressões digitais serve como meio complementar imediato de identificação civil, conjugadamente com a exibição do documento de identificação.

Em qualquer dos casos, a recolha das impressões digitais é efetuada pelas entidades públicas competentes para tal, com base em disposições legais, que expressamente preveem essa recolha, como forma de identificação, assegurando direitos e interesses constitucionalmente garantidos, nos planos da segurança e da realização da justiça, de acordo com o previsto nos n.ºs 1, dos Art.º 20.º e 27.º da CRP respetivamente.

CAPÍTULO 2 - UTILIZAÇÃO DAS BASES DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL PARA FINS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL – POTENCIALIDADES E RELAÇÃO COM DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

2.1 Investigação Criminal – Potencialidades do acesso à base civil

No que se refere à utilização das impressões digitais na investigação criminal de acordo com (Ayala, 1981), “*em locais de crimes a maior percentagem de impressões digitais reveladas são as produzidas pelos dedos indicadores*”, sendo estas também as impressões recolhidas aquando a emissão do cartão de cidadão e que fazem parte da base de dados de identificação civil. As impressões digitais são destacadas pelos inspetores da PJ como a prática biométrica mais útil e eficiente quando o suspeito é desconhecido (Miranda, 2014), o que advém uma potencialidade no que se refere ao acesso às bases de identificação civil para fins de investigação e a sua utilização como elemento probatório na descoberta da verdade.

Assim antes de se abordar as potencialidades do acesso à referida base é importante destacar, conforme referido na jurisprudência, o valor da prova dactiloscópica deve ser encarado numa tripla perspetiva:

- A existência de uma impressão digital faz prova direta do contacto dessa pessoa com o objeto onde foi detetada aquela impressão (salvaguardando a cadeia de custódia da prova);
- Se a impressão digital faz prova direta do contacto dessa pessoa com o objeto onde foi detetada a impressão, já não faz prova direta da participação do sujeito no facto criminoso, pois o contacto pode ser posteriori à prática do crime ou meramente ocasional;
- O facto de não fazer prova direta da participação do sujeito no facto criminoso, a impressão digital pode ser encarado como um indício, que quando conjugado com outros indícios, pode fundamentar uma decisão condenatória (Tribunal da Relação de Guimarães [TRG], 2016).

Como referido, a presença de uma impressão digital não faz prova direta da participação de alguém num ato criminoso, contudo pode ser um indício, que em muitos casos poderá ser único, e como tal a ligação desse vestígio a um sujeito, estabelece um nexo que relaciona um sujeito a um objeto e/ou local.

O acesso à base civil de impressões digitais, releva particular importância na criminalidade mais gravosa, e que mais efeitos têm na segurança e no sentimento de segurança dos cidadãos, como por exemplo no tipo de criminalidade como o terrorismo¹⁰, criminalidade violenta¹¹, especialmente violenta¹² e a altamente organizada¹³, sendo o estado responsável pela garantia da efetivação dos direitos fundamentais¹⁴ dos cidadãos, e como tal o direito à segurança¹⁵, é um deles, podendo para tal contribuir o acesso à supracitada base.

A título de analogia, relativamente à importância do acesso a uma base de dados de impressões digitais civil e não apenas de uma base de identificação de arguidos condenados em processo-crime, refere Flores (2015) que o crescimento de bancos de dados e a sua organização são decisivos para a identificação de possíveis criminosos, pois releva que só é possível comparar pelo menos duas coisas, sendo que se não preexistir uma a comparação deixa de ser eficaz, referindo como exemplo que as morgues e os institutos de medicinal legal tornaram-se autênticos viveiros na descoberta de provas para esclarecer crimes, nomeadamente crimes de sangue, pois a existência de uma ficha de catalogação das impressões dactilares permitiu a organização de um banco de dados e a partir daí a comparação com outras deixadas no local do crime. Contudo apresentava uma dificuldade, uma vez que só conseguiam ser identificados os indivíduos que constassem no banco de dados que foi surgindo na Morgue de Lisboa.

Daqui resulta a importância do acesso à base civil, uma vez que possibilita ter um ponto de comparação, com especial relevância para os casos em que as impressões não pertençam a algum indivíduo anteriormente condenado, pois nesses casos as suas resenhas fazem parte dos sistemas de identificação de arguidos e é possível a comparação.

¹⁰ Al.)i, n.º 1 do Art.º 1.º CPP – “as condutas que integram os crimes de organização terrorista, terrorismo e terrorismo internacional”

¹¹ Al.)j, n.º 1 do Art.º 1.º CPP – “as condutas que dolosamente se dirigem contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou a autoridade pública e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos”;

¹² Al.)l, n.º 1 do Art.º 1.º CPP – “as condutas previstas na alínea anterior puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 8 anos”

¹³ Al.)l, n.º 1 do Art.º 1.º CPP – “as condutas que integram crimes de associação criminosa, tráfico de pessoas, tráfico de armas, tráfico de estupefacientes ou de substâncias psicotrópicas, (...)”

¹⁴ Art.º 2.º CRP

¹⁵ N.º 1 do Art.º 27.º CRP

2.2. Utilização das bases civis de impressões digitais para fins de investigação criminal – Questões Jurídico-legais

O acesso às bases de impressões digitais para identificação civil poderá ser uma ferramenta benéfica para efeitos de investigação criminal tendo em conta as potencialidades apresentadas no ponto anterior, contudo o referido acesso poderá suscitar uma situação de conflito. Por um lado, as finalidades de realização de justiça, através da busca da verdade, e por outro, os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente garantidos.

Este recurso à base de dados civil não está regulamentado por lei, e como tal este estaria dependente de uma alteração legislativa neste sentido. Contudo, este acesso e utilização de dados poderá implicar uma restrição ao nível dos direitos constitucionalmente garantidos e princípios inerentes à qualidade do arguido em processo-crime.

No âmbito da atividade investigatória, o CPP prevê múltiplos meios de obtenção de prova, a referir os exames (Art.º 171.º e ss); as revistas e buscas (Art.º 174.º e ss) que comporta a busca domiciliária (Art.º 177.º); as apreensões (Art.º 178.º e ss) e as escutas telefónicas (Art.º 187.º e ss). A recolha de impressões digitais no que respeita aos meios de obtenção da prova está previsto n.º 1 do Art.º 171.º onde refere que

“por meio de exames das pessoas, dos lugares e das coisas, inspecionam-se os vestígios que possa ter deixado o crime e todos os indícios relativos ao modo como e ao lugar onde foi praticado, às pessoas que o cometeram ou sobre as quais foi cometido”.

No que se refere à prova, o Art.º 125.º do CPP dispõe que *“são admissíveis as provas que não forem proibidas por lei”*, o que por contraposição à proibição da utilização de certos meios de prova (previstos no n.º 1 do Art.º 126.º do CPP – Métodos proibidos de prova¹⁶) esta norma estabelece também a liberdade de prova, no sentido de serem admissíveis para a prova de quaisquer factos, todos os meios de provas admitidos em direito, ou seja, que não sejam proibidos por lei. Assim não são só os meios de prova tipificados, isto é, regulamentados por lei, que são admitidos, mas pelo contrário, são admissíveis todos os que não forem proibidos, mesmo sendo atípicos (Silva, 2011).

Múltiplas disposições legais preveem a recolha e registo de impressões digitais, por entidades públicas, seja num âmbito criminal como estipulado na lei da identificação

¹⁶ “N.º1 do Art.º 126.º - São nulas, não podendo ser utilizadas, as provas obtidas mediante tortura, coação ou, em geral, ofensa da integridade física ou moral das pessoas.”

criminal¹⁷, seja no âmbito civil (por exemplo a recolha para o cartão de cidadão), devendo ainda tal situação ser regulada pela legislação vigente no que respeita à proteção de dados pessoais¹⁸.

Assim, conforme refere o parecer n.º 62/2006 PGR (2006), independentemente da finalidade da recolha, esta mantém em todas as situações um denominador comum, que é justificado pela suscetibilidade, científica e universalmente reconhecida de, por comparação com outras impressões digitais já produzidas, ser possível no caso de se verificar coincidência entre elas num determinado número de pormenores, atribuir com segurança a sua origem ao mesmo indivíduo e só a ele.

Desta forma, a utilização da base civil para efeitos de investigação criminal apesar de poder ser vantajosa, poderá colidir com alguns direitos e princípios constitucionalmente garantidos. Vejamos quais.

2. 2.1 Os direitos Fundamentais

2.2.1.1 Direito à reserva da intimidade da vida privada

O direito à reserva sobre a intimidade da vida privada e familiar encontra consagração ao nível internacional na Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) (Organização das Nações Unidas [ONU], 1948) onde refere no seu Art.º 12.º que *“ninguém sofrerá intromissões na sua vida privada, (...). Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei”* e na Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) (Conselho da Europa [CE], 1950) referindo o n.º 1 do Art.º 8.º que *“qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada (...).*

No que se refere ao nível da legislação nacional este direito está consagrado na Lei Fundamental (CRP), na Lei nº 67/ 98, de 26 de Outubro (Lei da Proteção de Dados Pessoais)¹⁹, no Código Civil e no CP, consubstanciando, não só um direito de personalidade, mas também, um direito fundamental pertencente ao elenco dos Direitos Liberdades e Garantias (Barros, 2012).

A CRP consagra no Art.º 26.º, entre um leque de direitos, o direito à reserva da intimidade da vida privada, que de acordo com (Canotilho & Moreira, 2011) analisa-se em

¹⁷ Cfr. Apêndice A - Proteção de Dados - Enquadramento Legal

¹⁸ Cfr. Apêndice A - Proteção de Dados - Enquadramento Legal

¹⁹ Cfr. Apêndice A – Proteção de dados – Enquadramento Legal

dois direitos menores, o de impedir o acesso de estranhos a informações sobre a vida particular e familiar, e o direito a que ninguém divulgue as informações que tenha sobre a vida privada e familiar de outrem.

Desta forma, apresenta-se a denominada «teoria das três esferas», de acordo com a qual é possível diferenciar na personalidade humana e de relação três dimensões, isto é, a vida íntima, que compreende os gestos e factos que, em absoluto, devem ser subtraídos ao conhecimento de outrem, a vida privada, que engloba os acontecimentos que cada indivíduo partilha com um número restrito de pessoas, e a vida pública que, correspondendo a eventos suscetíveis de ser conhecidos por todos, que respeitam à participação de cada um na vida da coletividade (Cabral, 1988).

No que se refere à jurisprudência esta faz a distinção entre esfera pessoal íntima, aquela que é absolutamente protegida e esfera privada simples que é apenas relativamente protegida, podendo ter de ceder em conflito com outro interesse ou bem público (Canotilho & Moreira, 2011), uma vez que como refere a CEDH (CE, 1950) no n.º 2 do Art.º 8,

“ não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício deste direito senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência que (...) seja necessária para a segurança nacional, para a segurança pública, (...), a defesa da ordem e a prevenção das infrações penais, (...)ou a proteção dos direitos e das liberdades de terceiros.”

2.2.1.2 Direito à proteção perante o tratamento de dados pessoais informatizados

Outro direito consagrado na CRP é o direito à proteção perante o tratamento de dados pessoais informatizados, encontrando-se plasmado no Art.º 35.º, sendo previsto no n.º 1 que *“todos têm o direito de acesso aos dados informatizados que lhe digam respeito, podendo exigir a sua retificação e atualização, e o direito de conhecer a finalidade a que se destinam, nos termos da lei”*, do qual surgem as exigências jurídico-constitucionais relativas às finalidades da informação que de acordo com (Canotilho & Moreira, 2011, p. 554) são a:” (1) *legitimidade*; (2) *determinabilidade*; (3) *explicação*; (4) *adequação e proporcionalidade*; (5) *exatidão e atualidade*; (6) *limitação temporal*”.

Por conseguinte este direito surge como garante do direito à reserva da vida privada (Art.º 26.º da CRP), uma vez que no direito à reserva da vida privada o seu intuito é evitar que terceiros tenham informações sobre a vida privada de outrem, e o direito à proteção perante o tratamento de dados pessoais informatizados refere-se à forma e extensão da comunicação a terceiros das informações que se entende dar (Moniz, 1997).

No que se refere ao acesso aos referidos dados, de acordo com o n.º 4 do Art.º 35.º da CRP, “*é proibido o acesso a dados pessoais de terceiro, salvo em casos excepcionais previstos na lei*”, contudo como referem (Canotilho & Moreira, 2011, p.554), a CRP admite exceções a esta proibição, autorizando o legislador a definir os casos em que poderá haver acesso de terceiros e interconexão de dados, sendo que estas exceções constituem restrições ao direito de controlo do registo informático, e por isso aplica-se o regime das restrições previsto no Art.º 18.º da CRP, “*pelo que só podem ter lugar quando exigidos pela necessidade de defesa de direitos ou bens constitucionalmente protegidos (defesa da existência do Estado, combate à criminalidade, proteção dos direitos fundamentais de outrem, etc)*”.

2.2.1.3 Direito à segurança

Este direito surge como uma garantia que deve ser proporcionada pelo estado aos cidadãos, pelo que é importante perceber em que consiste este direito, e se o acesso à base de dados anteriormente mencionada poderá contribuir para a garantia deste.

O direito à segurança, ao nível internacional, está consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) (ONU, 1948), no seu Art.º 3.º onde refere que “*todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança*”, bem como na CEDH (CE, 1950) onde refere no n.º 1 do Art.º 5.º que “*toda a pessoa tem direito à liberdade e segurança*” no âmbito interno o direito à segurança está plasmado no Art.º 27.º da CRP, referindo no n.º 1 que “*todos têm direito à liberdade e à segurança*”.

O conceito de segurança abarca duas dimensões: a dimensão negativa, “*estritamente associada ao direito à liberdade, traduzindo-se num direito subjetivo à segurança*” e uma dimensão positiva, que se traduz “*num direito positivo à proteção através dos poderes públicos contra as agressões ou ameaças de outrem*”, ou seja na segurança das pessoas e dos bens (Canotilho & Moreira, 2011, p.479).

Assim, o estado de acordo com o previsto na Lei de Segurança Interna, desenvolve a sua atividade de segurança interna para

“*garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática*” (n.º 1 do Art.º 1.º).

2.2.2 Princípios Fundamentais

2.2.2.1 Princípio da não autoincriminação

O Art.º 32.º da CRP consagra as garantias de defesa, incluindo o recurso do processo criminal, que asseguram um conjunto de garantias ao arguido no que se refere ao processo criminal, sendo que o referido processo encontra limites na dignidade da pessoa humana e nos princípios fundamentais do Estado de Direito democrático, não podendo valer-se de atos que ofendam direitos fundamentais básicos. Daí a nulidade das provas obtidas sob tortura ou coação obtidas com ofensa da integridade pessoal e da reserva da intimidade da vida privada, não podendo tais provas ser valoradas no processo (Canotilho, & Moreira, 2011, p.524). Das garantias de defesa, surgem vários princípios fundamentais: o princípio da não autoincriminação, o princípio da presunção de inocência, o princípio “*in dubio pro reo*” e o princípio da proporcionalidade.

O princípio da não autoincriminação, também denominado por “*nemo tenetur se ipsum accusare*”, dispõe que ninguém pode ser obrigado a contribuir para determinar a sua própria culpabilidade (Ramos, 2005), sendo a principal manifestação deste princípio o direito ao silêncio, previsto na al. d) n.º 1 do Art.º 61.º do CPP. Assim como o que

“está fundamentalmente em jogo é garantir que qualquer contributo do arguido, que resulte em desfavor da sua posição, seja uma afirmação esclarecida e livre de autorresponsabilidade. Na liberdade de declaração espelha-se, assim, o estatuto do arguido como autêntico sujeito processual” (Andrade, 1992, p. 121).

Assim há que diferenciar o uso de dados pessoais do arguido de uma autoincriminação. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, no caso Saunders vs Reino Unido de 17 de Dezembro de 1996, define o âmbito do direito à não autoincriminação referindo o respeito pela vontade de o arguido não prestar declarações e que esse direito ao silêncio não se estende ao uso de dados que se tenham obtido do arguido, por meios coercivos, mas que existam independentemente da sua vontade (Rocha, T. 2014). A nossa jurisprudência baseia-se na mesma convicção, considerando o carácter volátil dos resultados de tais exames, pois tanto podem ser favoráveis à acusação como à defesa (Rodrigues, 2009 citado em Rocha, 2014).

2.2.2.2 Princípio da presunção de inocência

O princípio da presunção de inocência é uma garantia presente no direito internacional prevista na DUDH (ONU, 1948) no n.º 1 do seu Art.º 11.º que dispõe que *“toda a pessoa acusada de um ato delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada (...)”* e ainda na CEDH (CE, 1950) no n.º 2 do Art.º 6.º em que consagra que *“qualquer pessoa acusada de uma infração presume-se inocente enquanto a sua culpabilidade não tiver sido legalmente provada (...)”*.

Na legislação interna, está previsto no n.º 2 do Art.º 32.º da CRP, que *“todo o indivíduo se presume inocente até ao trânsito em julgado (...)”*, sendo que

“só a prova dos factos imputados, produzida legalmente, pode servir para destruir a presunção de inocência” e que *“a não demonstração de qualquer facto relevante para efeito de aplicação da sanção ou a sua demonstração incompleta deve necessariamente resolver-se a favor do arguido”* (Silva, 2011, p. 152).

Sendo ainda de referir que o encargo de destruir a presunção recai sobre os acusadores, nunca existindo ónus do acusado sobre a prova da sua inocência (Silva, 2011).

A presunção de inocência e o direito à não autoincriminação relacionam-se logo durante o inquérito, onde aquando das suspeitas da responsabilidade criminal de determinada pessoa, esta é constituída arguida, para que possa fazer valer os seus direitos consagrados no n.º 1 do Art.º 61.º do CPP, entre os quais se destaca o direito ao silêncio previsto na al. d) do n.º 1 do artigo anterior, que surge como uma condição necessária para o direito à não autoincriminação (Rocha, 2014).

2.2.2.3 Princípio “*in dubio pro reo*”

Do princípio de presunção de inocência decorre o princípio do “*in dubio pro reo*”, que implica a absolvição no caso de dúvida por parte do julgador sobre a culpabilidade do acusado (Canotilho & Moreira, 2007), isto é, depois de esgotar todos os meios de investigação da verdade material, se o Tribunal ainda tiver dúvidas sobre a veracidade dos factos ou sobre a veracidade da prova produzida, não se deverá produzir uma sentença que lhe seja desfavorável, devendo o juiz decidir a favor do arguido (Fidalgo, 2014).

2.2.2.4. Princípio da proporcionalidade

Já no que respeita ao princípio da proporcionalidade o mesmo é comum a todo o tipo de atos, sejam eles legislativo, administrativo ou judicial, advindo do n.º 2 do Art.º 266.º da CRP que *“os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição*

e à lei e devem atuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios (...) da proporcionalidade”.

Este princípio desdobra-se em três subprincípios conforme é referido pela jurisprudência, a designar:

- *“Princípio da adequação (as medidas restritivas de direitos, liberdades e garantias devem revelar-se como um meio para a prossecução dos fins visados, com salvaguarda de outros direitos ou bens constitucionalmente protegidos);*
- *Princípio da exigibilidade (essas medidas restritivas têm de ser exigidas para alcançar os fins em vista, por o legislador não dispor de outros meios menos restritivos para alcançar o mesmo desiderato);*
- *Princípio da justa medida ou proporcionalidade em sentido estrito (não poderão adotar-se medidas excessivas, desproporcionadas para alcançar os fins pretendidos).”* (Tribunal Constitucional [TC], 2008)

Assim, conforme refere (Canas, 1997) este é um princípio geral do direito, de acordo com o qual a limitação instrumental de bens, interesses ou valores subjetivamente radicáveis se deve revelar idónea e necessária para alcançar os fins legítimos e concretos que cada um daqueles atos visa, bem como axiologicamente tolerável quando confrontada com esses fins.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

3.1 Método e Procedimento do Trabalho de Investigação

A investigação científica, *“é em primeiro lugar um processo sistemático que permite examinar fenómenos com vista a obter respostas para questões precisas que merecem uma investigação”* (Fortin, 2003, p. 17).

No que respeita aos métodos e técnicas a utilizar na investigação científica, segundo Lakatos & Marconi (2006), estes podem ser definidos aquando a formulação do problema, estando a metodologia diretamente relacionada com o problema, com as questões de investigação e com os objetivos.

Nesta investigação o método utilizado é o dedutivo, pois este método segundo Freixo (2013), parte da lei geral (teoria), para deduzir as consequências lógicas aplicáveis à realidade, pelo que a conclusão é uma consequência da dedução de um conjunto de premissas constituídas tanto por leis gerais, como por outros enunciados que fazem afirmações sobre factos particulares. Trata assim de um *“método lógico que pressupõe que existam verdades gerais já afirmadas como também serve de base para se chegar através dele aos novos conhecimentos”* (Lakatos & Marconi 1993, p.57). A razão de não utilizar um método que empregue o levantamento de hipótese é justificada pelo facto de a QC, conjuntamente com as QD que foram levantadas, serem uma forma possível de responder ao problema. As hipóteses, a ser utilizadas, procurariam relacionar conceitos entre si de forma lógica, mas não foi este o percurso escolhido nesta investigação. Assim, a QC surge como o fio condutor de toda a investigação, orientando a utilização do método dedutivo no sentido de nos permitir alcançar uma resposta coerente ao problema estudado.

Desta forma seguimos uma abordagem qualitativa através de inquéritos por entrevista e análise documental, que se baseou nas duas premissas “direitos, liberdades e garantias” e “vantagens operacionais do acesso á base de dado civis de impressões digitais”, pois sendo a conclusão uma consequência da dedução de um conjunto de premissas, procurámos recolher informação de forma a verificar se as premissas são

verdadeiras, em busca de uma verdade particular, pois como refere Freixo (2013, p.106), “*parte-se de premissas gerais em busca de uma verdade particular.*”

Quanto aos procedimentos metodológicos este baseia-se numa revisão sistemática da literatura pois

“as revisões sistemáticas da literatura identificam, num conjunto de estudos publicados sobre determinado tema, aqueles com superior qualidade metodológica, cujos resultados podem ser utilizados na prática. (...) são importantes para integrar as informações de um conjunto de estudos, realizados separadamente, de determinado fenómeno de investigação, (...) bem como identificar temas que necessitem de evidência, contribuindo para investigações futuras” (Vilelas, 2009, p.203),

uma vez que nesta investigação são utilizados como base, outros estudos relacionados com o tema, nomeadamente no que se refere aos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente garantidos e a sua relação com a investigação criminal no que se refere à utilização da base de dados.

Assim, numa primeira fase, efetuou-se o estudo das diferentes variáveis recorrendo à análise documental e a entrevistas exploratórias, pois estas “*têm, portanto, como função principal revelar determinados aspetos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas leituras*” (Quivy e Campenhoudt, 1998, p. 69) de forma a consolidar os conhecimentos nesta matéria.

Numa segunda fase desenvolveu-se o método científico, recorrendo-se para tal aos inquéritos por entrevista a especialistas nas diferentes áreas, de forma a alcançar um conhecimento sobre a matéria mais consolidado e abrangente, que não seria possível apenas através da análise documental.

3.2 Questões de Investigação

Segundo Quivy & Campenhoudt (1998) a melhor forma de começar um trabalho de investigação consiste em enunciar o projeto sob a forma de uma pergunta de partida. Com esta pergunta, o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que procura saber, elucidar e compreender e servirá de primeiro fio condutor da investigação, pelo que elaborou-se a seguinte questão de central:

QC: Em que medida o acesso à base de dados de impressões digitais civis, para efeitos de investigação criminal, coloca em causa os direitos dos cidadãos?

Da questão central emergem as questões de investigação que de acordo com Fortin (2003, p.101), “*decorrem do problema de investigação e do seu quadro teórico ou conceptual e determinam as outras etapas do processo de investigação*”, tendo assim por objetivo ajudar a responder à questão central, sendo materializadas as seguintes questões derivadas:

QD1: De que forma a própria base de dados em si coloca em causa os direitos do arguido?

QD2: Quais as vantagens e inconvenientes do acesso à base de dados?

QD3: Quais as restrições necessárias, se as houver, para que a sua utilização não seja considerada abusiva?

Assim de acordo com a questão central e questões derivadas procurou-se perceber de que forma um acesso à base de dados civil de impressões digitais poderá pôr em causa os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos constitucionalmente garantidos, se esse mesmo acesso contraria o espírito das leis vigentes no que se refere à proteção de dados e perceber as vantagens da utilização da base de dados civil de impressões digitais no âmbito da investigação criminal.

3.3 Técnicas de Recolha e Tratamento de Dados

No que respeita à recolha de dados é importante referir que esta “*constitui a execução do instrumento de observação e consiste em recolher ou reunir concretamente as informações determinadas junto das pessoas ou das unidades de observação incluídas na amostra*” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p.183).

Os métodos de recolha e os métodos de análise de dados são normalmente complementares, pelo que os métodos de entrevista requerem habitualmente métodos de análise de conteúdo, que são muitas vezes métodos qualitativos (Quivy & Campenhoudt, 1998,), pois como refere Fortin (2003) neste tipo de análise tem-se por objetivo a descoberta, a descrição e a explicação, isto é, descrever e interpretar mais do que dominar e avaliar.

Ao longo da elaboração do trabalho procurámos utilizar os métodos de recolha e de tratamento de dados, adequado à fase em questão. Assim, numa primeira fase, tendo em vista efetuar a revisão da literatura e revisão da legislação vigente optámos por efetuar uma análise documental e da legislação em vigor, numa segunda fase, tendo em vista a elaboração do Capítulo 4, recorreremos ao inquérito por entrevista.

3.3.1 Análise documental

No que respeita à análise documental esta deverá ser adequada aos objetivos do trabalho, como tal na escolha dos documentos a analisar deve haver a denominada “*seleção controlada*” conforme refere Bell (1993) p.107, não devendo “*incluir demasiadas fontes deliberadas, (...)*” e “*procurar uma seleção equilibrada ao tempo disponível*”.

No processo de investigação é necessário que o investigador recolha informação de trabalhos anteriores, e acrescente algum valor tratando-se, portanto, de estudar o que se tem produzido sobre uma determinada área para poder “*introduzir algum valor acrescido à produção científica sem correr o risco de estudar o que já está estudado tomando como original o que já outros descobriram*” (Carmo & Ferreira, 1998 p.59), referindo ainda Fortin (2003, p.76) que para analisar um tema de investigação é essencial “*uma revisão que forneça o nível dos conhecimentos sobre o mesmo assunto*”

Como tal, para a realização da investigação numa primeira fase, para efetuar a revisão da literatura, recorreu-se à análise documental que se baseou numa exploração bibliográfica em livros e documentos de autores reconhecidos na área de estudo consultados em suporte físico na biblioteca da Escola da Guarda, assim como em suporte informático (*online*), nomeadamente legislação e trabalhos realizados na mesma área de estudo, os quais se encontram descritos na bibliografia.

3.3.2 Inquérito por Entrevista

Conforme já referido, na segunda parte da elaboração do trabalho optou-se por recorrer ao inquérito por entrevista, tendo em conta que na análise qualitativa “*as entrevistas podem ser utilizadas de duas formas. Podem constituir a estratégia dominante para a recolha de dados ou podem ser utilizadas em conjunto com a (...), análise de documentos e outras técnicas*” (Bogdan & Biklen, 1994, p.134), pelo que escolheu-se pela sua utilização como complemento à análise documental feita na primeira fase, uma vez que “*as operações de leituras visam essencialmente assegurar a qualidade da problematização, ao passo que as entrevistas e os métodos complementares ajudam especialmente o investigador a ter um contacto com a realidade vivida pelos atores sociais*”. (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 49).

Antes de efetuar as entrevistas propriamente ditas, foram efetuadas entrevistas exploratórias com o intuito de melhor enquadrar o tema e de forma a orientar a elaboração do trabalho, pois estas de acordo com (Quivy e Campenhoudt, 1998, p. 69), “*têm, portanto,*

como função principal revelar determinados aspetos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas leituras.”, sendo as mesmas efetuadas na Direção de Investigação Criminal junto dos militares da GNR com o intuito de orientar o caminho da investigação.

As entrevistas são um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, com várias pessoas cuidadosamente selecionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações (Ketele, & Roegiers, 1999) pois enquanto instrumento de recolha de informação “*permitem ao investigador retirar (...) informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados*” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 192), o que possibilita a recolha de informação com o intuito de completar as informações adquiridas nas fontes bibliográficas, nomeadamente em livros e documentos de referência.

Regra geral as entrevistas foram realizadas de forma presencial; foram individuais e semiestruturadas, no sentido em que estas têm um guião de orientação pré-estabelecido pelo qual o entrevistador se vai orientando de forma a obter as respostas, sem interpelar, mas sem perder o fio condutor pois o investigador

“tanto quanto possível, «deixará andar» o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos (...) de forma tão natural quanto possível”. (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.192).

A entrevista foi previamente enviada por correio eletrónico aos entrevistados conjuntamente com uma carta de apresentação²⁰ com o intuito de enquadrar os entrevistados sobre a temática em investigação.

Assim, através das entrevistas obtiveram-se informações de especialistas com experiência na área e que exercem atividade neste âmbito, com o intuito de aprofundar os conhecimentos na área e de forma a conseguir concretizar os objetivos propostos para a investigação.

A entrevista²¹ está dividida em dois grupos distintos, no qual um primeiro conjunto de questões, grupo A, direciona-se para a importância em termos operacionais do acesso à base de dados civil de impressões digitais, e como tal é dirigido aos OPC, e um segundo segmento de questões, grupo B, que se dirige à AJ, com questões direcionados para a

²⁰ Cfr. Apêndice B – Carta de Apresentação

²¹ Cfr. Apêndice C – Guião de Entrevista

vertente legal do acesso à referida base, bem como, na análise aos direitos dos cidadãos que poderão ser constrangidos pelo referido acesso com o intuito de dar respostas à questão central e questões derivadas²².

No que se refere à análise de conteúdo das entrevistas, no sentido de extrair os aspetos comuns aos diferentes entrevistados; agrupou-se as respostas por módulos, codificou-se as respostas²³ em segmentos alfanuméricos e respetiva tabulação; e por fim, procedeu-se à análise de cada bloco de categorias com base na fundamentação teórica (Freixo, 2013, p.216).

3.3.2.1 Caracterização da Amostra

Para Fortin (2003), a amostra é uma porção da população total sobre a qual é exercido o estudo. Esta amostra deve ser representativa desta população, de modo a que os resultados possam ser generalizáveis à população total. Sendo que conforme refere Quivy e Campenhoudt (1998) o investigador poderá optar por três possibilidades no que respeita à escolha da população para efeitos da amostra, designadamente: *a)* incidir a sua análise sobre a totalidade da população; *b)* limitar a sua análise a uma amostra representativa; e, *c)* estudar componentes não estritamente representativa, mas características da população.

Assim sendo, tendo em conta o tipo de investigação, e as áreas abordadas, optou-se por estudar componentes não estritamente representativa, mas características da população, recorrendo assim a dois grupos de população alvo.

O conjunto de entrevistados que responde às questões do grupo A é composto por quatro militares da GNR que desempenham funções no âmbito da investigação criminal, nomeadamente no Núcleo Técnico-Pericial (NTP)²⁴, e quatro elementos da PJ, dos quais três desempenham funções na investigação criminal e um como especialista de criminalística, com o intuito de analisar a importância em termos operacionais do acesso à base de dados no âmbito da investigação criminal, percebendo as suas vantagens e inconvenientes.

O segundo é composto por quatro magistrados, sendo que três desempenham as funções de juizes e um de magistrado do MP e respondem às questões da entrevista do grupo B com o objetivo de analisar a sua perspetiva em termos legais e constitucionais no que se refere ao acesso à base de dados civil de impressões digitais no âmbito da

²² Cfr. Apêndice D – Quadro Resumo das Questões de Investigação e Entrevista

²³ Cfr. Apêndice E – Codificação Alfanumérica das respostas dos entrevistados

²⁴ NTP é responsável pelo processamento e tratamento pericial de todos os vestígios recolhidos

investigação criminal. O entrevistado Dr.º Francisco Moita Flores (E1), pela experiência como inspetor da PJ e como professor e estudioso da área sobre a qual se debruça a investigação responde às questões do primeiro (Grupo A) e segundo grupo (Grupo B) da entrevista.

Em resumo a amostra definida para o presente trabalho expressa-se no seguinte quadro (quadro n.º 1), composto por um total de 13 entrevistados.

Quadro n.º 1- Caracterização dos Entrevistados

Entrevista- do	Organiza- ção	Posto	Nome	Função	Tempo de Serviço	Grupo da entre- vista
E1	-	-	Francisco Moita Flores	Professor	42	A e B
E2	GNR	Sargento-ajudante	Joaquim Rodrigues	Chefe do NTP	6	A
E3	GNR	1.º Sargento	António Fontes	Chefe do NTP	5	A
E4	GNR	2.º Sargento	Evélio Martins	Chefe do NTP	2	A
E5	GNR	Cabo	Isidro Rodrigues	Técnico/Analista	2	A
E6	PJ	Inspetor-Chefe	Mário Viana	Investigação Criminal	31	A
E7	PJ	Inspetor	José Augusto	Investigação Criminal - tráfico de estupefacientes	29	A
E8	PJ	Inspetor	Rogério Magalhães	Investigação criminal - Roubo	12	A
E9	PJ	Esp. Adj. de criminalística	Vítor Pessoa	Perito de cenas de crime	36	A
E10	Magistrado	-	António Latas	Juiz Desembargador	10	B
E11	Magistrado	-	João Nogueira	MP	36	B
E12	Magistrado	-	Carla Cacheira	Juíza de Direito	11	B
E13	Magistrado	-	Mara Sampaio	Juíza de Direito	10	B

Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise e discussão dos resultados das entrevistas

Neste capítulo é feita a apresentação, análise e discussão de resultados obtidos através das entrevistas efetuadas. Para tal foram extraídas das transcrições das entrevistas os segmentos mais pertinentes²⁵ tendo em vista a simplicidade da análise e posteriormente codificados tendo em conta os propósitos da investigação com o intuito de cruzar as respostas obtidas, elaborando para tal um quadro síntese com o objetivo de facilitar a análise e a interpretação dos resultados.

No presente capítulo, ainda no que respeita à análise das entrevistas, é importante destacar que com o intuito de simplificar e objetivar os resultados obtidos, foi efetuada uma conversão quantitativa das respostas, tendo em conta o número de vezes que determinado segmento foi identificado nas respostas dos entrevistados.

4.1.1 Análise de conteúdo da Questão 1

Quadro n.º 2- Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 1

Qual a importância da prova lofoscópica na investigação criminal?												
Categoria	Subcategoria	Segmento das respostas	Entrevistados									Frequência (n)
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	
Importante	Ferramenta decisiva	1a	X									1/9
	Irrefutável	1b							X			1/9
	Ciência	1c		X	X	X		X				4/9
	Baixo Custo	1d			X			X			X	3/9
	Fiabilidade	1e		X		X					X	3/9
	mais recolhidas	1f					X					1/9
	Célere	1g						X			X	2/9
	Prevenção	1h								X		1/9
	Prova direta	1i						X				1/9

Fonte: Elaboração própria

²⁵ Cfr. Apêndice E – Quadro análise de conteúdo de entrevistas

O quadro n.º 2 apresenta os resultados da análise à questão sobre a importância da lofoscopia na investigação criminal, com o intuito de perceber qual a utilidade da prova lofoscópica na investigação criminal e as suas principais características.

Dos nove entrevistados, todos consideram importante a prova lofoscópica no âmbito criminal, sendo de destacar de entre as suas diversas características apresentadas as que mais foram repetidas entre os entrevistados, é o facto de ser uma ciência exata (quatro em nove entrevistados), o seu baixo custo (três em nove entrevistados), a sua fiabilidade (três em nove entrevistados) e o facto de ser célere a sua recolha e tratamento (dois em nove entrevistados). Estas características, conforme referido no Capítulo 1, advêm dos três princípios em que assenta a lofoscopia, e já apresentados anteriormente que segundo (Cole, 2001) são o princípio da perenidade, o princípio da imutabilidade e o princípio da diversidade que garantem a importância à lofoscopia no âmbito da investigação criminal, características estas também reportadas pelo E2.

Assim, este tipo de prova, conforme refere o E5 “*é das mais importantes provas na investigação criminal e das mais recolhidas em locais de crime*”, servindo a mesma de acordo com o E7 “*para identificar pessoas, colocar suspeitos no local do crime, orientar a investigação*”, pelo que conclui o E1 com o recurso a este tipo de prova “*a resolução de crimes aumentou exponencialmente tendo como fundamento probatório as impressões digitais associadas ao célere princípio de Edmond Locard*”.

Deste modo, advém da lofoscopia uma ferramenta decisiva e extremamente importante para a investigação criminal, quer pelas suas características quer por ser um dos vestígios mais recolhidos que, de acordo com o E2, “*encontra suporte na validade científica*”.

4.1.2 Análise de conteúdo da Questão 2

Quadro n.º 3- Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 2

Qual o interesse prático/utilidade do acesso à base de dados de identificação civil, como ferramenta auxiliar da investigação criminal?												
Categoria	Subcategoria	Segmento das respostas	Entrevistados									Frequência (n)
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	
Tem interesse	Comparação mias rápida	2a	X									1/9
	Contempla todos os cidadãos	2b		X		X	X		X			4/9
	É limitada	2c		X								1/9
	Prevenção	2d								X		1/9

Não tem interesse	Apenas tem os dedos indicadores	2e			X			X			X	3/9
-------------------	---------------------------------	----	--	--	---	--	--	---	--	--	---	-----

Fonte: Elaboração própria

No que respeita ao quadro n.º 3 apresenta a síntese às respostas à questão n.º 2, onde se procura perceber, se o acesso à base de dados de impressões digitais para fins de identificação civil poderia ter interesse, no que respeita à investigação criminal, pois nesta base estão presentes as impressões digitais dos dedos indicadores de todos os cidadãos, ao contrário do que acontece com a base AFIS que contém as impressões digitais e palmares, mas de um número muito mais reduzido de indivíduos em resultado de processos crimes, conforme referido no Capítulo 1.

No que respeita aos entrevistados, seis em nove consideram que este acesso à base de impressões digitais civis tem interesse no âmbito da investigação criminal, sendo o argumento mais usado (quatro dos seis que consideram ter interesse) o facto de a mesma ser constituída pela informação lofoscópica de todos os cidadãos, ao invés da base AFIS, pois conforme refere o E7, “a base de dados atual, contempla apenas indivíduos com antecedentes criminais”, referindo o E5 que “um dos problemas da base de dados das impressões digitais (AFIS) como de outras bases de dados é a falta de dados e a falta de amostra para comparação dos vestígios encontrados em locais de crimes” pelo que refere o mesmo entrevistado que “havendo acesso a esta base de dados (identificação civil) a amostra de comparação seria muito maior logo seria mais fácil a identificação da pessoa que deixou o vestígio”.

Nos prós da utilização desta base é ainda referido pelo E1 que o facto de estas bases estarem informatizadas permitem comparações mais rápidas, sendo ainda destacado pelo E8 a importância do acesso à base de dados no âmbito da prevenção criminal. É importante referir ainda a opinião do E2, pois o mesmo considera haver um interesse “total” no acesso à base, contudo destaca o facto de possuir apenas os dedos indicadores dos cidadãos como um aspeto limitativo.

Por outro lado, à que ter em conta que três dos nove entrevistados consideram que esta base não é relevante, pelo facto de ser constituída apenas pelos dedos indicadores, ao invés de todo os dedos e palmas conforme acontece na base AFIS, referindo o E3 que

“não tem qualquer interesse de acesso à referida base de dados uma vez que meramente possui os dedos indicadores dos cidadãos (digitais), logo dificulta e omite a restante informação tanto nos restantes dedos assim como nas palmas que poderiam tornar-se útil para comparação com todos os vestígios recolhidos nos

locais onde ocorre a prática do crime no sentido de se tornar possível uma identificação do presumível autor”;

porém os três entrevistados que não consideram que o acesso à base de dados teria interesse conforme é proposto, os mesmos referem que se a supracitada base fosse constituída pela totalidade das impressões (digitais e palmares) a base passaria a constituir uma apoio relevante para a investigação criminal, pois como refere o E9 “*só passaria a ter algum interesse para a investigação criminal caso fosse efetuada a recolha total das impressões digitais e palmares a todos os cidadãos*”, devendo a recolha ser efetuada “*por um técnico devidamente habilitado para tal*”, de acordo com o E3.

Desta forma, há que referir que as diferentes bases de impressões digitais para fins de investigação civil como a base do cartão de cidadão ou a base do passaporte previstas na Lei n.º 7/2007 e Lei n.º 5/95 respetivamente, contemplam todos os cidadãos, fazendo parte integrante das referidas bases os dedos indicadores de todos os cidadãos, o que possibilita haver informação lofoscópica mais abrangente, contudo a base AFIS apesar de ser uma base mais limitada em termos de número de pessoas que dela fazem parte, contém informação mais completa pois contempla toda a informação lofoscópica (todos os dedos e palmas), pelo que a utilização de uma base em complemento à outra poderá ser uma mais-valia de forma a corresponder às necessidades da investigação criminal.

4.1.3 Análise de conteúdo da Questão 3

Quadro n.º 4- Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 3

Quais os inconvenientes da utilização da base de dados de identificação civil?												
Categoria	Subcategoria	Segmento das respostas	Entrevistados									Frequência (n)
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	
Inconveniente	Apenas dedos indicadores	3a		X	X						X	3/9
	Abusos na utilização	3b								X		1/9
	Compressão de Direitos, liberdades e garantias	3c						X				1/9
Sem inconveniente	Acesso restrito	3d	X				X					2/9
	Contempla todos os cidadãos	3e				X			X			2/9

Fonte: Elaboração própria

No que respeita à questão n.º 3, estão explanados no quadro n.º 4 os resultados da análise às respostas obtidas. Nesta questão procura-se perceber quais os inconvenientes que poderão resultar no caso de haver um acesso à referida base no âmbito da investigação criminal.

Da análise percebe-se que poderão advir do acesso à base de dados diversos inconvenientes, como tal, dos nove entrevistados, cinco consideram que existem inconvenientes, sendo destacado pelo E2, E3 e E9, conforme já referido anteriormente, o facto de a base incluir apenas os dedos indicadores, como um ponto negativo, no que respeita à utilização da base de dados. Já o E6 perspetiva como inconveniente, “*em abstrato, risco de compressão dos direitos, liberdades e garantias do cidadão*”, sendo este um ponto comum no que respeita a qualquer base de dados, alertando para o facto que “*a regulamentação teria de ser muito rigorosa*”.

É ainda apresentado referência a possíveis abusos que poderão ocorrer, conforme refere o E8, nomeadamente em “*situações de utilização fora das pretensões de âmbito criminal*”, pelo que conforme referem os E1 e E5 que não prespetivam inconvenientes na utilização da base, contudo teria de haver um acesso controlado e limitado, sendo que “*os operadores destas bases seriam poucos e haveria um controlo restrito à utilização desta ferramenta*” conforme referido pela E5, sendo ainda dado referência por parte do E1 que nos dias de hoje, “*os dispositivos de segurança e controlo permitem saber quem pesquisou, quando pesquisou, porque pesquisou, assegurando o direito de privacidade e protegendo os direitos de cidadania constitucionalmente previstos*”, pelo que os riscos de acesso abusivo podem ser mitigados pelos controlos de acesso.

O E4 e E7, repudiam qualquer inconveniente, reforçando a utilidade da base em virtude da sua abrangência a todos os cidadãos, sendo dado especial destaque por parte do E7 ao facto de “*a atual base de dados (AFIS) peca pelo facto de menores, mesmo com antecedentes criminais, não serem resenhados*” pelo que é reportado pelo mesmo entrevistado que por experiência profissional muitas redes organizadas na área do furto, tendo conhecimento de tal facto, usam menores para o cometimento dos crimes. O mesmo entrevistado destaca ainda no âmbito de criminalidade mais grave, “*os autores de homicídios, violações, etc, não são necessariamente indivíduos com antecedentes criminais, pelo que, (...) o acesso à base de dados seria de extrema importância*”.

É de destacar como inconveniente principal, o facto de a supracitada base apenas ser constituída pelos dedos indicadores conforme refere a Lei n.º 7/2007 que estabelece a criação do cartão de cidadão, ao contrário da base AFIS, que contempla os dez dedos e as

duas palmas o que confere uma grande quantidade de informação lofoscópica de cada indivíduo resenhado. Apesar de tal facto, poderemos considerar a base de identificação civil útil pois conforme menciona (Ayala, 1981), “*em locais de crimes a maior percentagem de impressões digitais reveladas são as produzidas pelos dedos indicadores*”.

4.1.4 Análise de conteúdo da Questão 4

Quadro n.º 5- Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 4

Considera que a utilização da base de dados de identificação civil coloca em causa os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente garantidos, como o direito à reserva da intimidade da vida privada (art.º26/nº1 da CRP), o Direito à proteção perante o tratamento de dados pessoais informatizados (art.º35 da CRP), ou outro?								
Categor ia	Subcategoria	Segmento das respostas	Entrevistados					Frequência (n)
			E 1	E10	E 11	E 12	E 13	
Não	Nenhum	4a	X			X	X	3/5
Sim	Comum a todas as bases de dados	4b			X			1/5
	Direito à autodeterminação informativa (Art.º35 da CRP)	4c		X				1/5

Fonte: Elaboração própria

No que respeita ao quadro n.º 5, o mesmo apresenta a síntese de respostas à questão n.º 4. Com esta questão é pretendido perceber se o acesso à base de dados civil de impressões digitais com fins de investigação criminal colide com algum dos direitos, liberdades e garantias protegidos constitucionalmente, e caso coloquem em causa o porquê.

Assim da análise ao quadro n.º 4.º é perceptível que as opiniões dos entrevistados, divergem, pelo que três (E1, E12 e E13) dos cinco não consideram que o acesso à base de dados coloque em causa quaisquer direitos dos cidadãos, ao invés dos entrevistados E10 e E11 que têm uma opinião inversa.

Desta forma à que referir, conforme menciona o E1 que num estado organizado “*não se compadece com a ausência de critérios de investigação criminal que não invadam territórios que são do domínio privado*”, referindo ainda que o “*Ministério Público, os Juízes, os OPC têm essa obrigação específica de assegurar a ordem do estado e o funcionamento da justiça*”, o mesmo entrevistado conclui referindo que a “*utilização de*

dados sempre existiu. Desde os primórdios (...). Só que não tinham regras de acessibilidade. Hoje já não é assim”.

No que respeita aos entrevistados que consideram que estão em causa os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos ao utilizar a base supracitada, o E11 justifica tal facto com o princípio de a utilização de qualquer base de dados, pela sua própria natureza, quer pela sua existência *“configura sempre uma compressão nos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente tutelados”*, já o E10 refere em específico o direito à autodeterminação informática, também denominado por direito à proteção perante o tratamento de dados pessoais informatizados, previsto no Art.º 35.º da CRP, contudo o mesmo refere no que respeita a este direito em particular e a sua relação com o referido acesso salvaguarda um *“acesso excecional à base de dados de identificação civil”*.

Deste modo, tendo em conta o que foi referido pelos entrevistados, há que mencionar, conforme já indicado no Capítulo 2 o acesso a qualquer base de dados, e por conseguinte, a esta base de dados também poderá colocar em causa direitos, liberdades e garantias, como o Direito à reserva da vida privada, que se caracteriza pelo facto de impedir o acesso a informações sobre a vida particular e familiar (Canotilho & Moreira, 2011), contudo como refere a CEDH (CE, 1950) no n.º 2 do Art.º 8.º, não pode haver ingerência da autoridade pública senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência necessária para a segurança nacional, segurança pública, a defesa da ordem, a prevenção das infrações penais, ou a proteção dos direitos e das liberdades de terceiros.

No que respeita ao direito à proteção perante o tratamento de dados pessoais informatizados, o qual é mencionado pelo E10, surge como garantia ao direito anteriormente exposto, sendo que no que respeita ao acesso de dados de terceiros é proibido conforme n.º 4 do Art.º 35.º da CRP *“salvo em casos excecionais previstos na lei”*, pelo que é permitido ao legislador definir quando poderá haver acesso aos dados de terceiros, contudo estas exceções apenas poderão ter lugar quando exigidas pela necessidade de defesa de direitos, no âmbito do combate à criminalidade, proteção de direitos fundamentais de outrem, entre outros.

Assim há que referir, que o recuso à base de dados poderá colidir com os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente protegidos, como demonstrado anteriormente, mas apenas se o referido acesso não se constituir como forma de defesa de direitos de terceiros, como a segurança pública, o combate á criminalidade, ou a proteção dos direitos fundamentais.

4.1.4.1 Análise de conteúdo da Questão 4.1

Quadro n.º 6- Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 4.1

Se considera que restringe um direito fundamental, essa restrição é ou não justificada pela salvaguarda de outros interesses constitucionalmente protegidos, como o da segurança?					
Categoria	Subcategoria	Segmento das respostas	Entrevistados		Frequência (n)
			E10	E11	
Não	Não justifica	4.1a	X		1/2
Sim	Justifica	4.1b		X	1/2

Fonte: Elaboração própria

Em relação à questão n.º 4.1, esta apenas foi dirigida aos entrevistados que na pergunta 4: “Considera que a utilização da base de identificação civil coloca em causa os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente garantidos, como o direito à reserva da intimidade da vida privada (art.º26/nº1 da CRP), o Direito à proteção perante o tratamento de dados pessoais informatizados (art.º35 da CRP), o outro?”, consideraram que o acesso à base de dados de impressões digitais civil para fins de investigação criminal colocaria em causa direitos, liberdades e garantias constitucionalmente garantidos aos cidadãos pelo que apenas responderam a esta questão dois dos entrevistados. Assim, o quadro n.º 6 sintetiza as respostas dos dois entrevistados, pelo que, é perceptível que os entrevistados têm opiniões opostas.

Assim o E11, refere no que concerne à utilização da referida base e a possibilidade de confronto com os direitos dos cidadãos que o acesso à mesma “*evidentemente que é justificada*” pela garantia de outro direito constitucionalmente garantido como acontece com o direito à segurança, contudo realça o facto que deverão ser “*ponderados proporcionalmente os graus de afetação dos direitos afetados, com aqueles que se pretendem salvar*”.

Já o E10 é de opinião contrária, pois segundo este, a restrição ao direito à privacidade e à autodeterminação informacional através do recurso à base de dados de impressões digitais nacional de identificação civil para fins de investigação criminal, não lhe parece justificado, pois segundo o mesmo autor “*outros interesses constitucionalmente protegidos como o da segurança podem ser adequadamente protegidos pela utilização da base de dados específica existente*”.

Contudo há que ter em conta que a Base AFIS, conforme mencionado no Anexo A, no âmbito da lei da identificação criminal, apenas contém impressões recolhidas aos

arguidos condenados, mantendo-se essa informação no ficheiro criminal durante a vigência da pena e até 5 anos após esta findar, pelo que demonstra ser uma base insuficiente em termos de número de amostra para comparação, ao contrário da base de impressões digitais para fins de identificação civil que contempla todos os cidadãos.

Por outro lado, há que ter em consideração que uma parte dos crimes cometidos, são efetuados por cidadãos que nunca foram condenados e como tal não têm os seus registos dactiloscópicos na base AFIS, assim como foi referido por (Flores, 2015) só é possível comparar pelo menos duas coisas, sendo que se não preexistir uma a comparação deixa de ser eficaz, e como tal a referida proteção aos interesses constitucionalmente garantidos deixam de ser adequadamente protegidos pela utilização da base AFIS.

É ainda importante realçar, conforme referido no Capítulo 2, que o direito à segurança abarca uma dimensão positiva, que se traduz segundo (Canotilho & Moreira, 2011, p.479) na “*proteção através dos poderes públicos contra as agressões ou ameaças de outrem*”, pelo que cabe ao Estado garantir a proteção aos cidadãos, o qual de acordo com a sua Lei de Segurança Interna desenvolve a sua atividade, para, entre outras, prevenir e reprimir a criminalidade e regular exercícios dos direitos liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos pelo que o acesso à base de dados poderá contribuir para o cumprimento da sua função no que respeita à garantia do Direito à segurança.

4.1.5 Análise de conteúdo da Questão 5

Quadro n.º 7- Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 5

Considera que a utilização da base de dados de identificação civil contraria os princípios como o da dignidade da pessoa humana, da presunção de inocência, o princípio do “ <i>in dubio pro reo</i> ”, o princípio “ <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i> ”, ou outro?								
Categoria	Subcategoria	Segmento das respostas	Entrevistados					Frequência (n)
			E1	E10	E11	E12	E13	
Não	Nenhum	5a	X		X	X	X	4/5
Sim	Dignidade da pessoa humana	5b		X				1/5
	Proporcionalidade	5c		X				1/5

Fonte: Elaboração própria

O quadro n.º 7 apresenta a análise à questão n.º 5, onde se procura compreender de que forma a utilização da base de dados poderá colidir com algum dos princípios acautelados no âmbito das garantias de defesa aos arguidos.

A resposta a esta questão por parte dos entrevistados foi maioritariamente contra o facto de o possível acesso à base de dados poder colidir contra algum dos princípios apresentados, pelo que quatro dos cinco entrevistados respondem negativamente a esta questão. Contudo conforme refere o E11, deverá salvaguardar-se proporcionalmente os graus dos princípios afetados com aqueles que se pretendem garantir. À que referir, como expõe o E1 a utilização de qualquer base de dados, como por exemplo a de lofoscopia *“ajudam a justiça a que seja justa”*, pois estas *“diminuem o risco de sentenças arbitrárias fundadas na convicção”*, pois o mesmo refere, a finalidade última na investigação criminal é *“constituir um processo-crime onde o arguido não precisa de confessar. Onde quem acusa tem de provar sem recurso à violência, à tortura, ao condicionamento psicológico”* pelo que o mesmo conclui sobre o valor das bases de dados na investigação criminal como o *“recetáculo de onde pode emergir a prova material, cientificamente testada, mais rigorosa, mais próxima da verdade sem necessidade de violar direitos fundamentais dos atores principais e muito menos de terceiros”*.

O E10, é de opinião contrária aos restantes entrevistados, pelo que considera que a utilização da base contraria efetivamente dois princípios, nomeadamente o da dignidade da pessoa humana, remetendo tal princípio para o direito à autodeterminação informativa, direito esse já abordado na questão n.º 4 e para o princípio da proporcionalidade referindo que *“as finalidades da investigação podem ser prosseguidas através de bases de dados constituídas com esse fim, como sucede atualmente com a base de dados AFIS”*.

Contudo conforme já apresentado no Capítulo 2, refere o acórdão do Tribunal Constitucional que o princípio da proporcionalidade desdobra-se em três subprincípios, nomeadamente o da adequação, o da exigibilidade e o da justa medida (TC, 2008), pelo que o acesso à base de dados civil deverá ser considerada adequada pois a mesma visa a salvaguarda de outros direitos constitucionalmente protegidos, exigível em virtude de o legislador não dispor de outros meios menos restritivos para alcançar o fim a que se pretende, pois a base AFIS apenas contém as impressões de indivíduos condenados e por um período limitado após findar a pena, e ainda deverá considerar-se uma justa medida, pois conforme já visto anteriormente não é considerado uma forma desproporcionada para alcançar os fins da segurança, pelo que deverá considerar-se proporcional o acesso à supracitada base.

É de destacar no que concerne à análise dos princípios apresentados, ser comum a todos eles estarem garantidos ao ser utilizada a base de dados civil, pois segundo o princípio *“nemo tenetur se ipsum accusare”* a principal manifestação deste acontece

através do Direito ao silêncio e conforme referido anteriormente o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos refere que a vontade do arguido em não prestar declarações não se estende ao uso de dados que se tenham obtido do arguido, por meios coercivos, mas que existam independentemente da sua vontade, pelo que o acesso à referida base em nada o contraria.

Sobre o princípio da presunção da inocência refere (Silva, 2011), que apenas pode servir para destruir a presunção de inocência as provas produzidas legalmente, e que caso a demonstração de factos relevantes forem incompletos deve resolver-se a favor do arguido, pelo que a base como ferramenta auxiliar na investigação criminal poderá contribuir para a garantia deste princípio.

Por fim, sobre o princípio “*in dubio pro reo*”, há a destacar conforme já referido anteriormente que a impressão digital faz prova do contacto de uma pessoa com o objeto, mas não faz prova direta da participação do sujeito no facto criminoso, pois o contacto pode ser à posteriori à prática do crime ou meramente ocasional, pelo que deve ser encarado como um indício, que conjugado com outros ajuda a fundamentar a decisão final, consequentemente depois de esgotar todos os meios de investigação, se o Tribunal ainda tiver dúvida sobre a veracidade dos factos ou sobre a veracidade da prova produzida, não se deverá produzir um sentença desfavorável ao arguido, decidindo a favor deste (Fidalgo, 2014).

4.1.6 Análise de conteúdo da Questão 6

Quadro n.º 8- Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 6

Quem deverá permitir o acesso à base de dados de identificação civil, a Autoridade de Polícia Criminal, a Autoridade Judicial ou a Comissão Nacional de Proteção de dados e em que circunstâncias?								
Categoria	Subcategoria	Segmento das respostas	Entrevistados					Frequência (n)
			E1	E10	E11	E12	E13	
Entidade	AJ	6a	X		X	X	X	4/5
	OPC	6b	X		X			2/5
	Direção-Geral dos Registos e do Notariado	6c		X				1/5

Fonte: Elaboração própria

No que respeita ao quadro n.º 8, este expõe a análise à questão n.º 6, que tem como objetivo entender quem deverá permitir o acesso à base de dados de identificação civil, ou

seja, se a mesma deve estar disponível aos OPC para o desempenho das suas funções no âmbito da investigação criminal, ou se tal acesso terá de ser autorizado por outra entidade, facultando o referido acesso, quando devidamente justificado o fim e as circunstâncias a que se destinam os dados requeridos.

Da análise da resposta à questão n.º 6, quatro em cinco entrevistados consideram que a autorização de acesso deverá ser dada pela AJ, sendo que o E1 e E11 referem a possibilidade de acesso sem autorização prévia por parte dos OPC que de acordo com o E1 aconteceria por delegação de competências e de acordo com o E11 este acesso sem autorização prévia poderia ter lugar “*em determinadas situações de urgência devidamente justificadas*”, realçando ainda este entrevistado o papel importante da Comissão Nacional de Proteção de dados (CNPd) previsto na lei sobre os critérios de elaboração e acesso às bases de dados.

O E10 é da opinião que os critérios de acesso deveriam ser os estipulados no Art.º 24.º da Lei n.º 33/99, que regula a identificação civil e a emissão do bilhete de identidade nacional, segundo este permite

“a comunicação de dados registados na base de dados de identificação civil às entidades policiais e judiciárias, para efeitos de investigação ou de instrução criminal, sempre que os dados não possam ou não devam ser obtidos das pessoas a que respeitam e as entidades em causa não tenham acesso à base de dados ou esta não contenha a informação referida”,

devendo para tal ser efetuada uma “*solicitação fundamentada do próprio magistrado ou de autoridade de polícia criminal, formulada em impresso próprio*”, pelo que a Direção-Geral dos Serviços e do Notariado seria a entidade responsável por permitir os acessos através dos serviços de identificação civil conforme previsto na lei supracita.

4.1.9 Análise de conteúdo da Questão 7

Quadro n.º 9- Análise Qualitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 7

Considera que a possibilidade de utilização da base de dados de identificação civil deveria estar restringida em função por exemplo de um limite mínimo para a medida da pena prevista para o crime investigado, como por exemplo para crimes com pena de prisão máxima superior a 5 anos (criminalidade violenta)?															
Cate- goria	Subcate- goria	Seg- mento das respos- tas	Entrevistados												Fre- quência (n)
			E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Não	Qualquer tipo de	7a	X	X	-	X	X	-	X	X	-				6/10

	crime															
Sim	Superior a 5 anos	7b			-			-			-		X			1/10
	Limite mínimo	7c			-			-			-	X		X	X	3/10

Fonte: Elaboração própria

O quadro n.º 9 reporta-se à questão n.º 7 em que se procurou saber caso fosse permitido um acesso à base de dados de impressões digitais para fins de identificação civil, se o mesmo deveria estar restringindo por exemplo a um limite mínimo para a medida da pena, para que a base não fosse utilizada de forma desproporcional, ou seja, que o meio de obtenção de prova fosse adequado à gravidade da infração criminal, como acontece por exemplo com o regime das escutas telefónicas previstas no Art.º 187 do CPP.

Esta questão foi dirigida tanto aos OPC como aos magistrados em virtude da importância de perceber a diferente perspetiva da possibilidade de acesso, por um lado em termos de necessidades operacionais, e por outro tendo em conta a vertente legal no que respeita aos direitos, liberdades e garantias. Apenas responderam dez dos treze entrevistados, uma vez que três dos OPC (E3, E6 e E9) não são a favor do acesso à base nas condições propostas na investigação pelo que não lhe foi colocada esta questão em concreto.

Analisando o quadro n.º 9, é possível perceber que as respostas dos OPC e dos magistrados são divergentes, uma vez que todos os OPC consideram que o acesso não deveria ser limitado em função do limite mínimo para a medida da pena, enquanto por outro lado os magistrados consideram que o acesso deveria ser restringido em função do tipo de crime investigado.

Nos argumentos a favor da sua utilização, seis dos entrevistados (E1, E2, E4, E5, E7 e E8) referem a pertinência da utilização da base no tipo de crimes penalmente menos gravosos, alertando o E7 para a importância da lofoscopia em tipo de crimes com penas de prisão mais reduzidas, referindo que *“uma das áreas onde a prova lofoscópica tem mais aplicações e resultados positivos é precisamente no furto, que nesse caso perderia talvez a sua melhor ferramenta”*, sendo destacado pelo E4 que determinados tipos de crimes podem ter diferentes repercussões no sentimento de segurança, dependendo do sítio em que os mesmos acontecem, ou seja, *“de área geográfica para área geográfica os crimes variam e um crime no Alentejo causa um grande alarme social que no centro não o causa”* sendo que desta forma, o mesmo reporta o princípio da igualdade explanado na CRP, concluindo

que “*para cada cidadão deveriam ser esgotados todos os meios para ver a sua situação resolvida*”. Já o E1 destaca a pertinência da utilização da base em todo o tipo de crimes em resultado da revolução tecnológica, bem como pelo surgimentos de novas ameaças pelo que tenderá a alargar a autorização de acesso.

Conforme já referido anteriormente o E10, E11, E12 e E13 têm uma opinião contrária aos restantes entrevistados pois consideram que o acesso deveria ser limitado à moldura penal do crime, sendo que um dos magistrados, E11 defende o acesso à base apenas na investigação de crimes mais gravosos, com limite mínimo de pena máxima superior a 5 anos de prisão como acontece por exemplo na criminalidade violenta e outras penalmente mais gravosas, salvaguardando o E11 esta posição, mas “*sem prejuízo de uma reflexão mais profunda*”, já os restantes magistrado não referem um limite mínimo em concreto, mas define o E10 que devem “*estabelecer-se limites mínimos para assegurar o respeito do princípio da proporcionalidade em sentido estrito*”.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Finalizada a parte teórica da revisão da literatura e a análise das entrevistas com a respetiva discussão dos resultados, segue-se o capítulo das conclusões e recomendações. Este visa enfatizar os principais aspetos abordados e efetuar uma reflexão sobre os resultados apurados e dos aspetos estudados, de forma a responder à questão central.

No presente capítulo ainda serão apresentadas as respostas às questões derivadas, sendo ainda expostas algumas reflexões finais, abordadas as limitações da investigação e elencadas propostas para investigações futuras.

Resposta às questões derivadas de investigação

Relativamente à **QD1: “De que forma a própria base de dados em si coloca em causa os direitos do arguido?”**, da análise documental é possível verificar que os direitos dos arguidos são garantidos pela CRP e em caso algum poderá existir ingerência dos mesmos, encontrando o processo limites na dignidade da pessoa humana e nos princípios fundamentais do Estado de Direito democrático, pelo que são restringidos atos que ofendam tais direitos fundamentais básicos, sendo consideradas nulas todas as provas obtidas sob coação da integridade pessoal e da reserva da vida privada.

Desta forma a utilização da base de dados de identificação civil para fins de investigação criminal, não contraria o anteriormente exposto, pois a mesma surge como um complemento da investigação, de onde pode emergir a prova material, cientificamente testada, mais rigorosa e mais próxima da verdade, garantindo a proteção dos direitos dos arguidos, não os contrariando, pois a mesma não faz prova direta do arguido com o facto criminoso, apenas do contacto deste com um determinado objeto, pelo que a mesma é encarada como um indício, e que conjuntamente com outros indícios permitirá fundamentar uma acusação.

Assim, o acesso à base de identificação civil em nada contraria os direitos e princípios inerentes à condição de arguido, até porque o recurso a bases de lofoscopia já é feito no âmbito da investigação criminal através da base AFIS, contudo a base de comparação é muito mais reduzida, pois abarca apenas indivíduos já condenados. Há que

ter em atenção que tal acesso estará dependente de uma alteração legislativa, pois o acesso à base AFIS está devidamente regulamentado e legislado quanto à sua utilização, enquanto a base civil penas está regulamentada para efeitos de identificação civil.

Em relação à **QD2: “Quais as vantagens e inconvenientes do acesso à base de dados?”**, à que referir, que os especialistas nas áreas de investigação criminal e da recolha e tratamento das impressões digitais, maioritariamente consideram que o acesso à base civil é vantajoso no âmbito da investigação, em virtude de possuir a totalidade dos cidadãos, incluindo menores, pois consideram que o problema da base atual, base AFIS é a falta de amostra, pelo que a base de comparação através do recurso à base civil seria muito maior, o que facilitaria a identificação da pessoa a quem pertence o vestígio. Como vantagem é ainda importante destacar o facto de tal acesso permitir uma celeridade no que respeita à identificação do autor do vestígio e ainda a sua importância crescente no que respeita à prevenção da atividade criminal.

Contudo a mesma também apresenta inconvenientes, sendo o principal o facto de esta base ser constituída apenas pelos dois dedos indicadores, ao contrário do que acontece com a base AFIS que contém a informação lofoscópica de todos os dedos e palmas, o que torna a base civil ineficaz quando os vestígios lofoscópicos são diferentes dos presentes na base de identificação civil, contudo à que destacar que *“em locais de crimes a maior percentagem de impressões digitais reveladas são as produzidas pelos dedos indicadores”* (Ayala, 1981). Outros dos inconvenientes refere-se aos possíveis abusos no que respeita à sua utilização que pode ocorrer se utilizada fora das pretensões do âmbito criminal.

No que diz respeito à **QD3: “Quais as restrições necessárias, se as houver, para que a sua utilização não seja considerada abusiva?”** é importante destacar que qualquer utilização da base fora do seu âmbito dever-se-á considerar como um acesso abusivo, como tal, este poderá ser mitigado por um controlo restrito de acesso, permitindo saber quem, quando e porquê acedeu à base de forma a assegurar a privacidade e proteger os direitos dos cidadãos constitucionalmente previstos.

No que respeita ao tipo de crimes em que o recurso à base deve ser autorizado, ou seja, limitar ou não o seu recurso consoante a moldura penal do crime que se investiga, dividiu opiniões entre os entrevistados, por um lado, todos os OPC consideram que a mesma deve ser utilizada em todo o tipo de crimes, destacando exemplos como o furto, uma das áreas onde a prova lofoscópica tem mais efeitos e o mesmo ter uma moldura penal reduzida, sendo dado também realce ao facto do alarme social provocado por determinados tipos de crimes, considerados menos gravosos, varia consoante a área geográfica, ou seja,

como exemplo um crime no Alentejo poderá causar um grande alarme social, que em outra região do país não terá o mesmo impacto, pelo que o limitar o acesso à base contraria o princípio da igualdade pois para cada cidadão deve o Estado garantir que são esgotados todos os meios ao seu alcance para garantir os seus direitos. Por outro lado os magistrados são da opinião que o acesso deve ser limitado a um determinado leque de crimes para garantir o princípio da proporcionalidade.

Ainda no âmbito das restrições de acesso, a maioria dos entrevistados considera que a entidade responsável por permitir o acesso à base de dados no âmbito da investigação criminal deverá ser a AJ.

Resposta à questão central de investigação

Por fim, segue-se a resposta à QC “: **Em que medida o acesso à base de dados de impressões digitais civis, para efeitos de investigação criminal, coloca em causa os direitos dos cidadãos?**”, podemos constatar pela análise documental efetuada que a ingerência na esfera íntima por parte de terceiros é sempre proibida, sendo garantida tal proteção tanto pela legislação internacional, como a DUDH e a CEDH, como a nível nacional pela CRP, contudo existe sempre a salvaguarda da ingerência por parte da autoridade pública quando exigida pela necessidade de defesa de terceiros, no que respeita à segurança nacional, no combate à criminalidade e na defesa de direitos de outrem.

Desta forma à que destacar que a existência de qualquer base de dados, e como tal também a base de dados de identificação civil, configura uma compressão dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente protegidos, pelo que deverá ser garantido o controlo do seu acesso e utilização, de forma a não permitir usos contrários aos seus fins legalmente previsto, caso contrário direitos como o Direito à reserva da vida privada ou o Direito à proteção perante o tratamento de dados pessoais informatizados poderão ser suscetibilizados.

Assim esses mesmos direitos devem regular o acesso à base de dados de identificação civil, pois no que respeita ao Direito à reserva da vida privada como refere o CEDH, este garante que não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício deste direito senão quando estiver prevista na Lei e seja necessário para a segurança pública, prevenção das infrações penais ou proteção dos direitos e das liberdades de terceiros.

No que respeita ao Direito à proteção perante o tratamento de dados pessoais informatizados a CRP garante a proibição de acesso de dados a terceiros, contudo admite exceções autorizando o legislador a definir os casos em que poderá haver interconexão de dados, que só poderão ter lugar quando exigidos pela necessidade de defesa de direitos ou bens constitucionalmente protegidos (combate à criminalidade, proteção dos direitos fundamentais) como o Direito à segurança, que garante a proteção através dos poderes públicos contra as agressões ou ameaças de outrem, pelo que o acesso à base de dados de impressões digitais civis contribui para as garantias de defesa de terceiros, podendo tal acesso ser justificado pelas exceções à ingerência por parte da autoridade pública no Direito à reserva da vida privada e no Direito à proteção dos dados informatizados.

Confirmação dos objetivos da investigação

O objetivo geral do trabalho **“investigar se um possível acesso por parte das forças e serviços de segurança à base de dados civil de impressões digitais utilizada para efeitos de identificação civil, no âmbito da investigação criminal, coloca em causa os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos”** foi cumprido uma vez que os objetivos específicos foram atingidos.

O objetivo (1) referente às **“potencialidades da prova lofoscópica”** foi atingido através da revisão da literatura no que respeita ao capítulo 1 e pela resposta à pergunta 1 do guião de entrevista.

O objetivo (2) **“verificar as potencialidades e inconvenientes de um possível acesso à base de dados”** foi corroborado através da revisão da literatura no que respeita ao subcapítulo 2.1, e pelas respostas às perguntas 2 e 3 do guião de entrevista.

O objetivo (3) **“verificar quais os direitos e princípios constitucionalmente garantidos que possam ser postos em causa pelo acesso à base de dados”** foi alcançado através da revisão da literatura no que concerne ao subcapítulo 2.2 e pelas respostas às perguntas 4, 4.1, 5, 6 e 7 do guião de entrevista.

Reflexões Finais

Da investigação efetuada, exorta-se:

- A prova lofoscópica caracteriza-se por ser uma ciência exata, de baixo custo, fiável, célere e por isso das provas mais recolhidas

- A importância do acesso à base de dados de identificação civil no âmbito da investigação criminal caracteriza-se pelo facto de contemplar todos os cidadãos;
- A sua maior limitação prende-se com o facto de ser constituída apenas pelos dados indicadores, o que poderá levar à sua ineficácia em determinados casos;
- O acesso à base de dados apenas colidirá com os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente protegidos de forma insuportável, se o referido acesso não estiver previsto na lei e o seu acesso não se constituir como forma de defesa de direitos de outrem, como acontece com o Direito à segurança;
- O seu acesso deverá ser devidamente regulamentado de forma a definir quem, como e em que circunstância se poderá aceder à base de dados;
- A AJ deverá ser a entidade que deverá permitir o acesso à base;
- O recurso à base deverá ser efetuado em todo o tipo de crimes, pressupondo-se o princípio da igualdade;
- O acesso à base de dados deverá contribuir para uma prova mais rigorosa, cientificamente testada de forma a reduzir o risco de sentenças arbitrárias fundadas na convicção;
- O acesso à base de dados estará dependente de uma alteração legislativa nesse sentido.

Limitações da Investigação

No decorrer do processo científico surgiram algumas limitações em virtude de não haver estudos realizados sobre o tema em concreto que recai a investigação.

Outra limitação advém da taxa monetário de 150 euros requerida pela CNPD para responder a uma entrevista no âmbito desta investigação, que pelas suas responsabilidades na matéria investigada, era de extrema pertinência

Por fim, é de destacar a restrição do número de páginas, que limitou a profundidade das áreas temáticas investigadas.

Investigações Futuras

No âmbito de investigações futuras, sugere-se um estudo sobre a possibilidade de utilização das duas mãos completas no âmbito da identificação civil, ao invés de apenas os

dedos indicadores com o objetivo de perceber as suas vantagens, com especial destaque para situações de catástrofes, e da sua possível utilização no âmbito da investigação criminal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academia Militar [AM] (2015). Normas de execução Permanente (NEP) n.º 520/4º. Lisboa: AM
- Academia Militar [AM] (2016). Normas de execução Permanente (NEP) n.º 522/1º. Lisboa: AM
- Alves, B. (2005). *A Investigação Criminal na PSP: Contributo para um melhor desempenho policial*. Dissertação Final de Licenciatura, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa
- Andrade, M., (1992). *Sobre as Proibições de prova em processo penal*. Coimbra: Coimbra Editora
- Assembleia da República [AR] (1995). Lei n.º 5/95, de 21 de fevereiro (Estabelece a obrigatoriedade do porte de documento de identificação). *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 44, 1037 - 1038.
- Assembleia da República [AR] (1998). Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (Lei da Proteção de Dados Pessoais). *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 247, 5536-5546.
- Assembleia da República [AR] (1999). Lei n.º 33/99, de 18 de maio (Regula a identificação civil e a emissão do bilhete de identidade de cidadão nacional). *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 115, 2606 – 2613.
- Assembleia da República [AR] (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto (Sétima revisão constitucional). *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 155, 4642 - 4686.
- Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro (Cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização). *Diário da República*, 1ª Série, n.º 25, 940 – 948.
- Assembleia da República [AR] (2008a). Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto (Lei da Organização da Investigação Criminal). *Diário da República*, 1ª Série, n.º 165, 6038-6042.
- Assembleia da República [AR] (2008b). Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna). *Diário da República*, 1ª Série, n.º 167, 6135-6141.
- Assembleia da República [AR] (2009). Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro (Estabelece medidas de proteção de menores, em cumprimento do artigo 5.º da Convenção do

- Conselho da Europa contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual de Crianças, e procede à segunda alteração à Lei n.º 57/98, de 18 de Agosto). *Diário da República*, 1ª Série, n.º 181, 6620-6621.
- Assembleia da República [AR] (2015). Lei n.º 37/2015, de 5 de maio (Estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão-Quadro 2009/315/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre os Estados membros, e revoga a Lei n.º 57/98, de 18 de agosto). *Diário da República*, 1ª Série, n.º 86, 2239-2247.
- Ayala, J. (1981). *Determinación de mano y dedo: técnicas para la formación de hipótesis en los procesos de identificación de huellas digitales anónimas*. Madrid: Dirección General de la Policía
- Barros, R. (2012). *O direito à reserva da intimidade da vida privada nos doentes com VIH/SIDA: reforço dos meios de garantia e tutela*. Dissertação para obtenção do grau de mestre, Mestrado em Direito, Universidade Lusíada, Lisboa. Acedido a 7 de março de 2017 em http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/528/1/md_rosa_barros_dissertacao.pdf
- Bell, J. (1993). *Como Realizar um projeto de investigação* (3.ª ed.). Lisboa: Gradiva
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Brás, J. (2009). *Investigação Criminal – A Organização, o Método e a Prova – Os Desafios da Nova Criminalidade*. (3.ª Edição). Coimbra: Editora Almedina
- Cabral, R. (1988). “O Direito à Intimidade da Vida Privada”, in separata dos Estudos em Memória do Professor Doutor Paulo Cunha, Lisboa: Faculdade Direito de Lisboa.
- Calado, F., Silva, G. & Ferreira, R. (2008) *Manual de Procedimentos AFIS*. (s/l)
- Canas, V., (1997). *O princípio da proibição do excesso na Constituição: arqueologia e aplicações*. (s/l): Coimbra Editora
- Canotilho, J., e Moreira, V. (2011). *Constituição da República Portuguesa Anotada*, I vol., 4ª edição. Coimbra: Coimbra editora
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta

- Cole, S. (2001). *Suspect identities: a history of fingerprinting and criminal identification*. Harvard: Harvard University Press
- Conselho da Europa [CE] (1950). Convenção Europeia dos Direitos do Homem. In *Portal do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos*. Acedido a 5 de março de 2017 em http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf
- Cristal, I. (2009). *A recolha de vestígios no local do crime pela investigação criminal da GNR*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares, Academia Militar, Lisboa.
- Fidalgo, S., (2014). *Buscas domiciliárias e o princípio da inviolabilidade do Domicílio*. Dissertação de mestrado, Mestrado em Direito, Universidade Lusíada, Porto. Acedido a 7 de março de 2017 em <http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1949/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20mestrado.pdf>
- Flores, M. (2015). *Teoria da investigação – A arte de ser detetive criminal*. Lisboa: Casa das letras
- Fortin, M. (2003). *Processo de Investigação: da conceção à realização* (3.^a ed.). Loures: Lusociência
- Freixo, M. J. (2013). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas* (4.^a edição). Lisboa: Instituto Piaget.
- Guarda Nacional Republica [GNR] (1998). *Circular N.º 10320*. (s/l). GNR
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2002). *Manual de Investigação criminal*. Lisboa: GNR
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2008). *Manual da EG da gestão do local do crime*. Lisboa: GNR
- Hong, L. & Jain, A. (1998) Classification of Fingerprint Images. Technical Report, MichiganState University. United States
- Ketele, J., & Roegiers, X. (1999). Metodologia da Recolha de Dados- Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos. Lisboa: Instituto Piaget
- Kingston, C. R. & Kirk, P. L. (s/d) - Historical development and evaluation of the “12 point rule” in fingerprint identification. Technical Report, University of California, Berkeley, United States
- Knowles, A. M. (1978). Aspects of physicochemical methods for the detection of latent fingerprints. *Journal of Physics E Scientific Instruments*, 713-721

- Lakatos, E., & Marconi, M. (1993). *Metodologia científica*. (s/l): Atlas
- Lakatos, E., & Marconi, M. (2006). *Técnicas de Pesquisa*. (s/l): Atlas
- Matos, A. (2013) *Imagiologia química de infravermelho no estudo de impressões digitais e evidências forenses associadas*. Mestrado em Química forense, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra. Acedido a 20 de fevereiro de 2016 em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/25367/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20final%20j%C3%A1%20corrigida.pdf>
- Ministério da Justiça [MJ] (1987). Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro (Código do Processo Penal). *Diário da República*, 1ª Série, n.º 40, 617-699.
- Ministério da Justiça [MJ] (1995). Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março (Código Penal). *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 63, 1350-1416.
- Miranda, D. (2014) - A identificação criminal na perspetiva do vigilante e do vigiado: o uso da impressão digital e do perfil genético, in *VIII Congresso Português de Sociologia* (pp. 2-15). (s/l). Acedido a 4 de março de 2017 em http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0089.pdf
- Moniz, H., (1997). Notas sobre a proteção de dados pessoais perante a informática (O caso especial dos dados pessoais relativos à saúde). *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*. a.7 n.2, 231-298
- Monteiro, I. (2010). *Vestígios hemáticos no local de crime – sua importância médico-legal*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Medicina Legal, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto. Acedido a 24 de fevereiro de 2017 em <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/26904/2/Vestgios%20Hemticos%20no%20local%20de%20crime%20%20Sua%20Importncia%20Mdico%20Legal.pdf>
- Moses, K. R. *Chapter 6: Automated Fingerprint Identification System (AFIS)*. In Higgins, P., McCabe, M., Probhakar, S. & Swann, S. (2010), *Fingerprint Sourcebook* (pp. 6-1 – 6-33). United States: National Institute of Justice/NCJRS. Acedido a 3 de março de 2017 em <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/225326.pdf>
- Oliveira, J. (2012). Lofoscopia e identificação criminal: uma visão histórica, técnico-científica e jurídica. *Revista Investigação Criminal*. N.º4, 112-132
- Oliveira, J. (2013). *A identificação criminal do arguido – Tensão dialética entre Praxis e Lei*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Direito, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa

- Organização das Nações Unidas [ONU] (1948). Declaração Universal dos direitos Humanos (DUDH) – In *Portal da Organização das Nações Unidas*. Acedido a 5 de março de 2017 em http://www.un.org/en/udhrbook/pdf/udhr_booklet_en_web.pdf
- Peixoto, A.S. & Ramos, A.S. (2010), *Filmes Finos & Revelação de Impressões Digitais Latentes*. Dissertação, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra. Acedido a 20 de fevereiro de 2016 em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ctm/v22n1-2/v22n1-2a04.pdf>
- Pinheiro, M. (2008). *CSI criminal*. Porto: Universidade Fernando Pessoa
- Pinheiro, M.F. (2013). Perspetivas Atuais da Lofoscopia: Aplicação Criminal e Civil do Estudo de Impressões Epidérmicas. In Correia, P. & Pinheiro M. F., *Ciências Forenses ao Serviço da Justiça* (pp. 119-158). Lousã: PACTOR
- Procuradoria-Geral da República [PGR] (2006). Parecer 62/2006. In *Procuradoria-Geral da República*. Acedido a 5 de Março de 2017 em <http://www.dgsi.pt/pgrp.nsf/7fc0bd52c6f5cd5a802568c0003fb410/0eae23c46792b405802571ab00494787?OpenDocument>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2.^a ed.). Lisboa: Gradiva
- Ramos, V., (2005). *Corpus Juris 2000, Imposição ao arguido de entrega de documentos para prova e nemo tenetur se ipsum accusare*. Dissertação de mestrado, Mestrado em Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa
- Rocha, T., (2014). *A Recolha de Amostras Biológicas para Comparação de Perfis de ADN em Processo Penal*. Dissertação de mestrado, Mestrado em Direito Forense, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. Acedido a 7 de março de 2017 em <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/16087/1/Tese%20Mestrado.pdf>
- Silva, G. (2011). *Curso de Processo Penal*, Vol II. Lisboa: Verbo
- Simas, A., Calisto, F. & Calado, F. (2002). *Dactiloscopia e Inspeção Lofoscópica*. (s/l). Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais
- Tribunal Constitucional [TC] (2008). Parecer 632/2008. In *Base de dados de jurídica*. (s/l), Acedido a 7 de Março de 2017 em http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item_id&value=1350449
- Tribunal da Relação de Guimarães [TRG] (2010). Processo: 300/04.0GBBCL.G2. In *dgsi*. Acedido a 15 de Abril de 2017 em <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/5aef8c7b8d3c8e39802576c6004bfc0a?OpenDocument>

- Tribunal da Relação de Lisboa [TRL] (2016). Processo: 880/14.2GACSC-A.L1-9. *In Base Jurídico-Documentais*. Acedido a 10 de abril de 2017 em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/36f34b50b321b89980257f6f004d5fc6>
- Valente, A. (2003). Policiamento de proximidade: o exemplo da GNR de Coimbra. *Forças de Segurança e Investigação Científica*. 143 – 211
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo

APÊNDICES

Apêndice A - Proteção de Dados - Enquadramento Legal

No presente apêndice irão ser abordados dois diplomas legais, com o objetivo de apresentar o enquadramento legal no que se refere por um lado à proteção de dados pessoais, com particular incidência ao âmbito criminal, nomeadamente através da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, Lei da proteção de dados pessoais, que tras põe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva n.º 95/46/CE do PE e do Conselho, relativa à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à sua livre circulação, bem como à identificação criminal, através da Lei n.º 37/2015, de 5 de Maio que estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal.

Lei da proteção de dados pessoais

A Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, que regulamenta o tratamento de dados pessoais e a livre circulação dos mesmos, refere que o tratamento de dados pessoais deve processar-se no estrito respeito da vida privada, bem como pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais, sendo definidos como dados pessoais como *“qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável ('titular dos dados'); é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social”* (Art.º 2.º e 3.º).

A lei consagra no n.º 1 do Art.º 4.º que os dados pessoais recolhidos devem ser:

- a) Tratados de forma lícita e com respeito pelo princípio da boa-fé;*
- b) Recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo ser posteriormente tratados de forma incompatível com essas finalidades;*
- c) Adequados, pertinentes e não excessivos relativamente às finalidades para que são recolhidos e posteriormente tratados;*

- d) Exatos e, se necessário, atualizados, devendo ser tomadas as medidas adequadas para assegurar que sejam apagados ou retificados os dados inexatos ou incompletos, tendo em conta as finalidades para que foram recolhidos ou para que são tratados posteriormente;*
- e) Conservados de forma a permitir a identificação dos seus titulares apenas durante o período necessário para a prossecução das finalidades da recolha ou do tratamento posterior.*

O tratamento dos dados pessoais só pode ser efetuado quando seja dado o consentimento pelo seu titular ou se esse tratamento for necessário para:

- a) (...)*
- b) Cumprimento de obrigação legal a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito;*
- c) (...)*
- d) Execução de uma missão de interesse público ou no exercício de autoridade pública em que esteja investido o responsável pelo tratamento ou um terceiro a quem os dados sejam comunicados;*
- e) Prossecução de interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou de terceiro a quem os dados sejam comunicados, desde que não devam prevalecer os interesses ou os direitos, liberdades e garantias do titular dos dados. (Art.º 6.º).*

A lei consagra ainda a proibição do tratamento de dados pessoais referentes à vida pessoal, incluindo os dados genéticos, salvo mediante disposição legal ou autorização pela CNPD por motivo de interesse público importante, quando esse tratamento for indispensável ao exercício das atribuições legais do responsável (n.ºs 1 e 2 do Art.º 7.º) ou no caso de:

- a) (...);*
- b) (...);*
- c) (...);*
- d) Ser necessário à declaração, exercício ou defesa de um direito em processo judicial e for efetuado exclusivamente com essa finalidade. (n.º 3. do Art.º 7.º).*

A manutenção de registos centrais relativos a pessoas suspeitas de atividades ilícitas, infrações penais e contraordenações só pode ser realizadas por serviços públicos com competência prevista na respetiva lei, com prévia autorização da CNPD, prevalecendo os direitos, liberdades e garantias do titular dos dados, sendo de destacar que o tratamento

deve ser limitado ao necessário para a prevenção de um perigo concreto ou repressão de uma infração determinada (Art.º 8.º).

No que se refere ao cruzamento de dados que não esteja previsto em disposição legal, está sujeito a autorização da CNPD, devendo ser adequado à prossecução das finalidades legais e de interesse legítimo dos responsáveis dos tratamentos dos dados, não discriminando ou diminuindo os direitos, liberdades e garantias dos titulares dos dados, ser rodeado de adequadas medidas de segurança e ter em conta o tipo de dados de objeto de interconexão (Art.º 9.º).

A obrigatoriedade de informação da recolha de dados pessoais, conforme Art.º 10.º pode ser dispensada mediante disposição legal ou por deliberação da CNPD, por dois motivos, pela segurança do estado, e no âmbito da prevenção ou investigação criminal.

Lei da identificação criminal

A Lei 37/2015, de 5 de Maio, estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal, referindo no n.º 2 do seu Art.º 2.º que as impressões digitais são objeto de recolha, como meio complementar de identificação, e como tal irá ser feita uma abordagem ao diploma no que respeita à recolha e tratamento de impressões digitais no âmbito da identificação criminal.

A identificação criminal: *“tem por objeto a recolha, o tratamento e a conservação de extratos de decisões judiciais e dos demais elementos a elas respeitantes sujeitos a inscrição no registo criminal e no registo de contumazes, promovendo a identificação dos titulares dessa informação, a fim de permitir o conhecimento dos antecedentes criminais das pessoas condenadas e das decisões de contumácia vigentes”*, sendo essa organização e funcionamento da competência dos serviços de identificação criminal, incluindo o registo do ficheiro dactiloscópico de arguidos condenados (Art.º 2.º e 3.º).

O registo criminal organiza-se num ficheiro central informatizado, sendo composto por elementos de identificação dos arguidos, comunicados pelos tribunais e pelas demais entidades, ou recolhidas pelos serviços de identificação, e por extratos de decisões criminais sujeitas a inserção no registo criminal. A identificação do arguido abarca, no caso de pessoa singular, entre outras informações, as impressões digitais do arguido quando se trate de decisão condenatória (Art.º 5.º).

No que se refere à informação criminal, de acordo com o n.º 2 do Art.º 8.º têm acesso, para além do próprio, as seguintes entidades:

- a) *Os magistrados judiciais e do Ministério Público, para fins de investigação criminal, de instrução de processos criminais e de execução de penas, (...);*
- b) *As entidades que, nos termos da lei processual penal, recebam delegação para a prática de atos de inquérito ou a quem incumba cooperar internacionalmente na prevenção e repressão da criminalidade, no âmbito dessas competências;*
- c) *As entidades com competência legal para a instrução dos processos individuais dos reclusos, para este fim;*
- d) (...);
- e) *As entidades com competência legal para garantir a segurança interna e prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de atos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido, exclusivamente no âmbito da prossecução dos seus fins;*
- f) (...);
- g) (...);
- h) (...);
- i) (...);
- j) (...).

No que se refere às decisões inscritas no registo criminal, estas cessam vigência, pelo prazo previsto no Art.º 11.º, contado a partir da data da extinção da pena aplicada, nomeadamente:

- Condenação por crime com pena de prisão superior a 8 anos²⁶: 10 anos;
- Condenação por crime em pena de prisão entre 5 e 8 anos: 7 anos;
- Condenação por crime em pena de prisão inferior a 5 anos²⁷, ou em pena de multa principal: 5 anos;
- Condenação por outro crime em pena substitutiva da pena principal: 5 anos;
- Decisões de dispensa de pena ou admoestação: 5 anos sobre o trânsito em julgado;

A contagem interrompe-se no caso de existir nova condenação no seu decurso, excetuando o caso de dispensa de pena ou admoestação.

²⁶Exceção para os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, que permanece no registo criminal, contando 25 anos a partir da data da extinção da pena, de acordo com a Art.º 4.º da Lei n.º 113/2009, de 17 de Setembro.

²⁷ De acordo com o previsto no n.º 1 do Art.º 13.º “*os tribunais que condenem pessoa singular em pena de prisão até 1 ano ou em pena não privativa da liberdade podem determinar na sentença ou em despacho posterior, se o arguido não tiver sofrido condenação anterior por crime da mesma natureza e sempre que das circunstâncias que acompanharam o crime não se puder induzir perigo de prática de novos crimes, a não transcrição da respetiva sentença nos certificados*”

No que se refere ao ficheiro dactiloscópico, fazem parte do mesmo as impressões digitais recolhidas dos arguidos condenados e que são remetidas ao serviço de identificação criminal, podendo essas impressões digitais recolhidas aos arguidos condenados e posteriormente inscritas no ficheiro dactiloscópico ser integradas no sistema de informação criminal da PJ, tendo acesso a essa informação as entidades referidas nas al. a) a e) do n.º 2 do Art.º 8.º, nomeadamente, os magistrados judiciais e o MP, e as entidades com competência legal para garantir a segurança interna (Art.º 18.º, 20.º e 24.º).

A informação presente no ficheiro dactiloscópico é composta pela *“identificação da pessoa a cujo registo está associada e a imagem das impressões digitais arquivadas, com indicação do processo em que as mesmas hajam sido recolhidas”*, de acordo com o presente no Art.º 22.º, sendo que a informação que se encontra no ficheiro dactiloscópico do arguido condenado, mantém-se em registo durante a vigência do registo criminal que lhe está associada, sendo que, finda essa vigência a informação dactiloscópica manter-se-á em ficheiro informático próprio por um período máximo de cinco anos, à qual têm acesso os serviços de identificação criminal e AJ ou policial no âmbito de investigação criminal ou instrução de processo criminal (Art.º 23.º).

Apêndice B – Carta de Apresentação

Carta de Apresentação



ACADEMIA MILITAR

Bases de dados de identificação de impressões digitais - A Identificação Civil e Criminal

Autor: Aspirante Infantaria GNR Miguel Bértolo Nogueira

Orientador: Dr. António Luís Barata de Brito Carvalho Neves

Coorientador: Capitão Cavalaria GNR Sérgio Rodrigues

Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, março de 2017

Carta de Apresentação

A Academia Militar é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar, inserido no sistema de ensino superior nacional, preparando os futuros Oficiais dos quadros permanentes do Exército Português e da Guarda Nacional Republicana.

A presente entrevista surge no âmbito do Trabalho de investigação Aplicada subordinada ao tema: “Bases de dados de identificação de impressões digitais - A Identificação Civil e Criminal”, onde se procura investigar a importância e a necessidade de um acesso à base de dados de impressões digitais nacional de identificação civil para fins de investigação criminal, percebendo o seu enquadramento legal, a relação da sua existência com os direitos, liberdades e garantias do cidadão e a sua importância na Investigação criminal.

O Trabalho de Investigação Aplicada permite a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares na especialidade de Segurança, e dentro dos vários objetivos, permite estudar um tema de reconhecido interesse para a Guarda Nacional Republicana.

Desta forma o contributo de V.Ex.^a. será um elemento enriquecedor para a investigação, contribuindo para obter conclusões mais completas.

Se assim o pretender V.Ex.^a., como os restantes entrevistados, poderão ter acesso à transcrição da entrevista de modo a salvaguardar os interesses de V. Ex.^a. assim como, posteriormente à versão final do trabalho.

Grato pela sua colaboração

Atenciosamente,

Miguel Nogueira

Aspirante GNR Infantaria

Apêndice C – Guião de Entrevista

Guarda Nacional Republicana

Bases de dados de identificação de impressões digitais - A Identificação Civil e Criminal

Caracterização dos entrevistados: (a preencher pelo(a) entrevistado(a))

Nome:	Posto (se aplicável):
Função:	Unidade (se aplicável):
Departamento/Serviço:	Local:
Data:	Hora início/fim:
Anos de experiência na função:	

Questões:	Grupo ²⁸
1-Qual a importância da prova dactiloscópica na investigação criminal?	A
2 - Qual o interesse prático/utilidade do acesso à base de dados de identificação civil, como ferramenta auxiliar da investigação criminal?	A
3- Quais os inconvenientes da utilização da base de dados de identificação civil?	A
4 - Considera que a utilização da base de dados de identificação civil coloca em causa os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente garantidos, como o direito à reserva da intimidade da vida privada (art.º26/nº1 da CRP), o Direito à proteção perante o tratamento de dados pessoais informatizados (art.º35 da CRP), ou outro?	B
4.1 – Se considera que restringe um direito fundamental, essa restrição é ou não justificada pela salvaguarda de outros interesses constitucionalmente	B

²⁸ Grupo A – referente ao grupo de questões direccionadas para a vertente operacional do acesso à base; Grupo B – referente ao grupo de questões direccionadas para a vertente legal da criação e acesso à base.

protegidos, como o da segurança?	
5- Considera que a utilização da base de dados de identificação civil contraria os princípios como o da dignidade da pessoa humana, da presunção de inocência, o princípio do “ <i>in dubio pro reo</i> ”, o princípio “ <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i> ”, ou outro?	B
6-Quem deverá permitir o acesso à base de dados de identificação civil, a Autoridade de Polícia Criminal, a AJ ou a Comissão Nacional de Proteção de dados e em que circunstâncias?	B
7- Considera que a possibilidade de utilização da base de dados de identificação civil deveria estar restringida em função por exemplo de um limite mínimo para a medida da pena prevista para o crime investigado, como por exemplo para crimes com pena de prisão máxima superior a 5 anos (criminalidade violenta)?	A e B

Apêndice D – Quadro Resumo das Questões de Investigação e Entrevista

Quadro n.º 10 - Quadro resumo das questões de investigação e entrevista

Questão Partida	Questões Derivadas	Questões Entrevista
Em que medida o acesso à base de dados de impressões digitais civis, para efeitos de investigação criminal, coloca em causa os direitos dos cidadãos?	De que forma a própria base de dados em si coloca em causa os direitos do arguido?	Considera que a utilização base de dados de identificação civil coloca em causa os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente garantidos, como o direito à reserva da intimidade da vida privada (art.º26/nº1 da CRP), o Direito à proteção perante o tratamento de dados pessoais informatizados (art.º35 da CRP), ou outro?
		Se considera que está a restringir um direito fundamental, essa restrição é ou não justificada pela salvaguarda de outros interesses constitucionalmente protegidos, como o da segurança?
		Considera que a utilização da base de dados de identificação civil contraria os princípios como o da dignidade da pessoa humana, da presunção de inocência, o princípio do “ <i>in dubio pro reo</i> ”, o princípio “ <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i> ”, ou outro?
	Quais as vantagens e inconvenientes do acesso à base de dados?	Qual a importância da prova dactiloscópica na Investigação criminal?
		Qual o interesse prático/utilidade do acesso à base de dados de identificação civil, na investigação criminal?
		Quais os inconvenientes da utilização da base de dados de identificação civil?

	Quais as restrições necessárias, se as houver, para que a sua utilização não seja considerada abusiva?	Considera que a possibilidade de utilização da base de dados de identificação civil deveria estar restringida em função por exemplo de um limite mínimo para a medida da pena prevista para o crime investigado, como por exemplo para crimes com pena de prisão máxima superior a 5 anos (criminalidade violenta)?
		Quem deverá permitir o acesso à base de dados de identificação civil, a Autoridade de Polícia Criminal, a Autoridade Judicial ou a Comissão Nacional de Proteção de dados e em que circunstâncias?

Fonte: Elaboração própria

Apêndice E – Codificação Alfanumérica das Respostas dos Entrevistados

Quadro n.º 11- Codificação Alfanumérica das Respostas às Questões das Entrevistas

Questão n.º 1	
Segmento 1a	Importante porque é uma ferramenta decisiva
Segmento 1b	Importante porque é irrefutável
Segmento 1c	Importante porque é uma ciência exata
Segmento 1d	Importante porque é de baixo custo
Segmento 1e	Importante porque é fiável
Segmento 1f	Importante por ser umadas provas mais recolhida
Segmento 1g	Importante por ser célere
Segmento 1h	Importante porque permite a prevenção
Segmento 1i	Importante porque é uma prova direta
Questão n.º 2	
Segmento 2a	Tem interesse pois permite uma comparação mais rápida
Segmento 2b	Tem interesse pois contempla todos os cidadãos
Segmento 2c	Tem interesse, contudo é limitada por apenas ter os dedos indicadores
Segmento 2d	Tem interesse pois permite a prevenção
Segmento 2e	Não tem interesse pois não possui todas as impressões digitais e palmares
Questão n.º 3	
Segmento 3a	Inconveniente por ter apenas os dedos indicadores
Segmento 3b	Inconveniente porque pode levar a possíveis abusos na sua utilização
Segmento 3c	Inconveniente porque a sua existência poderá colidir com direitos, liberdades e garantias
Segmento 3d	Sem inconvenientes, mas deverá existir um acesso limitado
Segmento 3e	Sem inconveniente porque contempla todos os cidadãos
Questão n.º 4	
Segmento 4a	Não coloca nenhum direito em causa
Segmento 4b	Sim, como qualquer outra base
Segmento 4c	Sim, o direito à autodeterminação informativa
Questão n.º 4.1	
Segmento 4.1a	Não justifica
Segmento 4.1b	Justifica
Questão n.º 5	
Segmento 5a	Não coloca nenhum princípio em causa
Segmento 5b	Sim, o princípio da dignidade da pessoa humana
Segmento 5c	Sim, o princípio da proporcionalidade
Questão n.º 6	
Segmento 6a	AJ
Segmento 6b	OPC

Segmento 6c	Direção-Geral dos Serviços e do Notariado
Questão n.º 7	
Segmento 7a	Não, tendo em conta as novas ameaças
Segmento 7b	Não, deve ser utilizada em todo o tipo de crime
Segmento 7c	Não, pois é um instrumento de identificação de pessoas
Segmento 7d	Sim, em crimes com moldura penal máxima superior a 5 anos
Segmento 7e	Sim, deverá ter um limite mínimo

Fonte: Elaboração própria

Apêndice F – Quadro Análise de Conteúdo de Entrevistas

Quadro n.º 12 - Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q1

Resposta à Q1		Segmentos identificados
E1	“A lofoscopia tornou-se, desde o início do séc. XX, uma das ferramentas decisivas para a descoberta de autores materiais de crimes e outros atos do domínio forense, nomeadamente identificação de pessoas e cadáveres...”	1a
E2	“O enorme valor das impressões digitais como evidência tem o seu suporte na validade científica” “O estabelecimento de identidades através das impressões digitais, quando corretamente compreendido e aplicado, é tão fiável e cientificamente válido quanto qualquer outra ciência...”	1c 1e
E3	“A prova lofoscópica é importante na IC em virtude da lofoscopia ser uma ciência exata...” “...com menor dispêndio em relação aos outros vestígios (biológicos (ADN), Físicos- Químicos)...”	1c 1d
E4	“A prova Lofoscópica é de grande importância uma vez que é uma ciência exata...” “...e de total fiabilidade...”	1c 1e
E5	“...das mais importantes provas na Investigação Criminal e das mais recolhidas em locais de crime...”	1f
E6	“...científica...” “...de baixo custo...” “...de recolha/tratamento relativamente simples...”, “É de grande importância, na medida em que se trata duma prova direta...”	1c 1d 1g 1i
E7	“A prova lofoscópica é de primordial importância na investigação criminal, porquanto é irrefutável...”	1b
E8	“Não obstante, do ponto de vista da prevenção criminal e da identificação de indivíduos, pense-se no caso de terroristas e identificação de cadáveres ou de	1h

	indivíduos que padeçam de anomalias ou doenças psiquiátricas, tem vindo a assumir uma importância crescente, muito mais visível com as correntes migratórias atuais e o flagelo dos refugiados...”	
E9	“...económica...”	1d
	“...credível...”	1e
	“Importante porque é célere...”	1g

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 13- Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q2

Resposta à Q2		Segmentos identificados
E1	“É fundamental. Hoje, em qualquer país desenvolvido, estas bases estão informatizadas para permitir comparações mais rápidas e são decisivas para a identificação de criminosos, de desaparecidos, de assassinados, para a explicação de locais de crime...”	2a
E2	“O interesse prático/utilidade do acesso à referida base de dados, como ferramenta auxiliar da investigação criminal é total. Seria uma mais-valia visto que o universo de pesquisa aumentaria consideravelmente...”	2b
	“...contudo há a reter que a base de dados de identificação civil é apenas “alimentada” pela recolha de impressões digitais dos dedos indicadores dos cidadãos (artº14º Lei 7/2007 de 5Fev), o que torna bastante limitativa a sua utilidade para a investigação criminal...”	2c
E3	“Penso que não tem qualquer interesse de acesso à referida base de dados uma vez que meramente possui os dedos indicadores dos cidadãos (digitais), logo dificulta e omite a restante informação tanto nos restantes dedos assim como nas palmas que poderiam tornar-se útil para comparação com todos os vestígios recolhidos nos locais onde ocorre a prática do crime no sentido de se tornar possível uma identificação do presumível autor, a não ser que passe essa mesma base de dados a conter toda a informação lofoscópica de qualquer cidadão...”	2e
E4	“É de total interesse porque a base de dados de identificação contempla todos os cidadãos que possuem identidade portuguesa...”	2b
E5	“Um dos problemas da base de dados das Impressões	2b

	digitais (AFIS) como de outras bases de dados é a falta de amostra para comparação dos vestígios encontrados em locais de crimes. Havendo acesso a esta base de dados a amostra de comparação seria muito maior logo seria mais fácil a identificação da pessoa que deixou os vestígios.”	
E6	“Se falamos da base de dados da Identificação civil, só terá interesse para a Investigação Criminal se incluísse a totalidade das impressões digitais e palmares de todos os cidadãos.”	2e
E7	“O interesse é, como referido supra, identificar pessoas...”	2b
E8	“Novamente, do ponto de vista da prevenção, o acesso às BD pode assumir uma importância crescente.”	2d
E9	“...quanto à base de dados da Identificação civil, só passaria a ter algum interesse para a Investigação Criminal caso fosse efetuada recolha total das impressões digitais e palmares a todos os cidadãos...”	2e

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 14- Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q3

Resposta à Q3		Segmentos identificados
E1	“Não vejo qualquer inconveniente desde que utilizados pelos serviços públicos de Polícia com competência atribuída para a utilizar. Hoje, os dispositivos de segurança e controlo permitem saber quem pesquisou, quando pesquisou, por que pesquisou, assegurando o direito à privacidade e protegendo os direitos de cidadania constitucionalmente previstos...”	3d
E2	“...a base de dados de identificação civil é apenas “alimentada” pela recolha de impressões digitais dos dedos indicadores (artº14º Lei 7/2007 de 5Fev)...”	3a
E3	“...a referida base de dados não contam toda a informação necessária para que seja efetuada uma demonstração gráfica das identificações, a utilização da mesma dificulta a obtenção de identificação de qualquer pessoa perante um vestígio recolhido num local de crime...”	3a
E4	“Não vejo qualquer inconveniente, pois a base que é utilizada na IC só contempla os indivíduos que até ao momento foram constituídos arguidos em processos crime...”	3e
E5	“Penso que não haveria inconvenientes, uma vez que	3d

	os operadores destas bases de dados seriam poucos e haveria um controlo restrito à utilização desta ferramenta...”	
E6	“...haveria, em abstrato, risco de compressão dos direitos, liberdades e garantias do cidadão...”	3c
E7	“...um possível acesso à base de dados civil, respondo igualmente que não. Aliás, a atual base de dados peca pelo facto de menores, mesmo com antecedentes criminais, não serem resenhados. Ora, na área do furto, tendo conhecimento deste facto, muitas redes usam menores para o cometimento dos crimes. Também, os autores de homicídios, violações, etc não são necessariamente indivíduos com antecedentes criminais, pelo que, desde logo o acesso à base de dados civil seria de extrema importância....”	3e
E8	“Algum abuso ou situações de utilização fora das pretensões de âmbito criminal...”	3b
E9	“Pelo já atrás descrito, nessa base só existem as impressões digitais dos indicadores.”	3a

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 15- Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q4

Resposta à Q4		Segmentos identificados
E1	“Não coloca em causa direitos individuais desde que os indivíduos aceitem viver num Estado organizado...”	4a
E10	“Sim, particularmente no que respeita ao Direito à autodeterminação informativa relativamente a dados pessoais (art.º35 da CRP), (...) sem prejuízo de acesso excecional à B. Dados de Identificação civil...”	4c
E11	“Objetivamente, pela sua própria natureza, quer a existência, quer a utilização de qualquer base de dados, nomeadamente, da base de dados de identificação civil, configura, sempre, uma compressão nos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente tutelados.”	4b
E12	“Não, a mesma não coloca em causa qualquer direito constitucionalmente garantido...”	4a
E13	“Não, não considero que a utilização da base de identificação civil coloca em causa os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente garantidos, como o direito à reserva da intimidade da vida privada, ou outro...”	4a

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 16 - Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q4.1

Resposta à Q4.1		Segmentos identificados
E10	“A restrição ao direito à privacidade e à autodeterminação informacional representada pela utilização da Base de dados de impressões digitais nacional de identificação civil para fins de investigação criminal, à partida não me parece justificada, pois outros interesses constitucionalmente protegidos como a segurança podem ser adequadamente protegidos pela utilização da B. Dados específica existente...”	4.1a
E11	“Evidentemente que é justificada, desde que ponderados, proporcionalmente, os graus de afetação dos direitos afetados com aqueles que se pretendem salvaguardar.”	4.1b

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 17- Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q5

Resposta à Q5		Segmentos identificados
E1	“Não. A utilização dos bancos de dados sejam eles quais forem, de ADN, de Lofoscopia, ajudam a que a Justiça seja justa, diminuem o risco de sentenças arbitrárias fundadas na convicção, aumenta a segurança do aparelho repressivo do Estado que age em nome de todos nós...”	5a
E10	“Quanto ao princípio da dignidade humana, a questão pode colocar-se na medida em que se faz reconduzir àquele princípio muitos dos direitos fundamentais afirmados na CRP, incluindo o direito à autodeterminação informativa.” “...o princípio da proporcionalidade, uma vez que as finalidades de investigação criminal podem ser prosseguidas através de Bases de Dados constituídas com esse fim, como sucede atualmente com a base de dados AFIS que funciona na PJ...”	5b 5c
E11	“Absolutamente, não. Sempre salvaguardado que ponderados, proporcionalmente, os graus de afetação dos direitos afetados com aqueles que se pretendem proteger...”	5a
E12	“Não, o acesso à base de dados não contraria qualquer um dos princípios apresentados...”	5a
E13	“Não, nenhum dos princípios é posto em causa pelo acesso à base de dados...”	5a

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 18 -Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q6

Resposta à Q6		Segmentos identificados
E1	“...Ministério Público...”	6a
	“...por delegação, os OPC...”	6b
E10	“Em todo o caso poderia aplicar-se solução idêntica à prevista atualmente no Art.º 24º da Lei 33/99, que permite a comunicação de dados registados na base de dados de identificação civil às entidades policiais e judiciais, para efeitos de investigação ou de instrução criminal (...) mediante solicitação fundamentada do próprio magistrado ou de autoridade de polícia criminal...”	6c
E11	“Admitindo que, de acordo com a lei, a CNPD possa ter uma palavra a dizer nos critérios de elaboração e acesso à base de dados, tendo a pensar que tal acesso careça de autorização prévia de qualquer AJ (Juiz ou Ministério Público)...”	6a
	“...sem prejuízo de, em determinadas situações de urgência devidamente justificadas, também os OPC a ela possam aceder...”	6b
E12	“O acesso deverá ser autorizado pela AJ...”	6a
E13	“Apenas a AJ deverá poder permitir tal acesso...”	6a

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 19 - Quadro de Análise de Conteúdo das Respostas à Q7

Resposta à Q7		Segmentos identificados
E1	“Julgo que a revolução tecnológica, o surgimento de novas ameaças, como é o caso do terrorismo, tenderá a alargar a autorização de acesso a bases de dados...”	7a
E2	“Não. Em caso de alteração da legislação, na minha opinião, o acesso à base de dados não deveria estar sujeito a quaisquer restrições. Os vestígios lofoscópicos e a identificação do autor que os produziu constituem prova. Esta tem o mesmo valor probatório para qualquer tipo de crime independentemente da moldura penal...”	7a
E4	“Não. Todos os crimes deveriam ser solucionados, vejamos que de área geográfica para área geográfica os crimes variam e um crime que no Alentejo causa um grande alarme social no centro não o causa, e como a nossa Constituição refere e bem, o Princípio da Igualdade, logo para cada cidadão deveriam ser esgotados todos os meios para ver a sua situação	7a

	resolvida.”	
E5	“Não concordo com a restrição de limite mínimo de pena prevista para o crime investigado. Penso que a partir do momento que a pesquisa só deve ser feita ao abrigo de um crime, seria para qualquer tipo de crime...”	7a
E7	“Não. Como mencionado, uma das áreas onde a prova lofoscópica tem mais aplicação e resultados positivos é precisamente no furto, que nesse caso perderia talvez a sua melhor ferramenta...”	7a
E8	“...em abstrato, penso que não faz sentido, tratando-se, de forma assumida e pacífica, de um instrumento de trabalho...”	7a
E10	“...parece-me que teriam que estabelecer-se limites mínimos para assegurar o respeito do princípio da proporcionalidade em sentido estrito...”	7c
E11	“Sem prejuízo de uma reflexão mais aprofundada, simpatizo com uma restrição de acesso como a proposta na própria pergunta, sem que tal implique, desde já, que entenda que o limite máximo da moldura penal abstrata fosse o de 5 anos...”	7b
E12	“Sim deverá ser limitada segundo o tipo de tipo de crime...”	7c
E13	“Deverá ser estabelecido um limite mínimo segundo o tipo de crime de forma a limitar o acesso à base de dados...”	7c

Fonte: Elaboração própria

ANEXOS

ANEXO A - Impressões Digitais



Figura n.º 1- Representação dos três tipos de impressões

Fonte: <https://segurancaenciasforenses.com/2014/06/18/lofoscopia-2/>²⁹

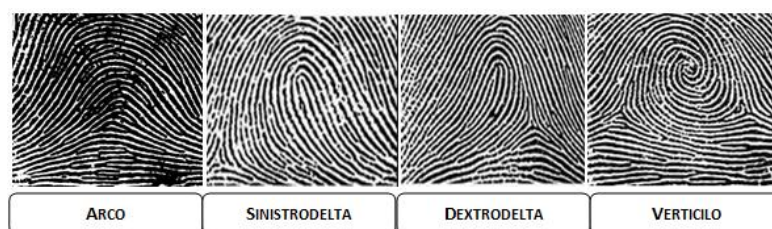


Figura n.º 2- Classificação das impressões digitais segundo o “Sistema de Oloriz”

Fonte: <https://segurancaenciasforenses.com/2014/06/18/lofoscopia-2/>³⁰



Figura n.º 3 - Representação dos pontos característicos

Fonte: Simas et al. (2002)

²⁹ Acedido a 20 de Fevereiro de 2017

³⁰ *Idem*

ANEXO B - Fases de uma Inspeção Lofoscópica

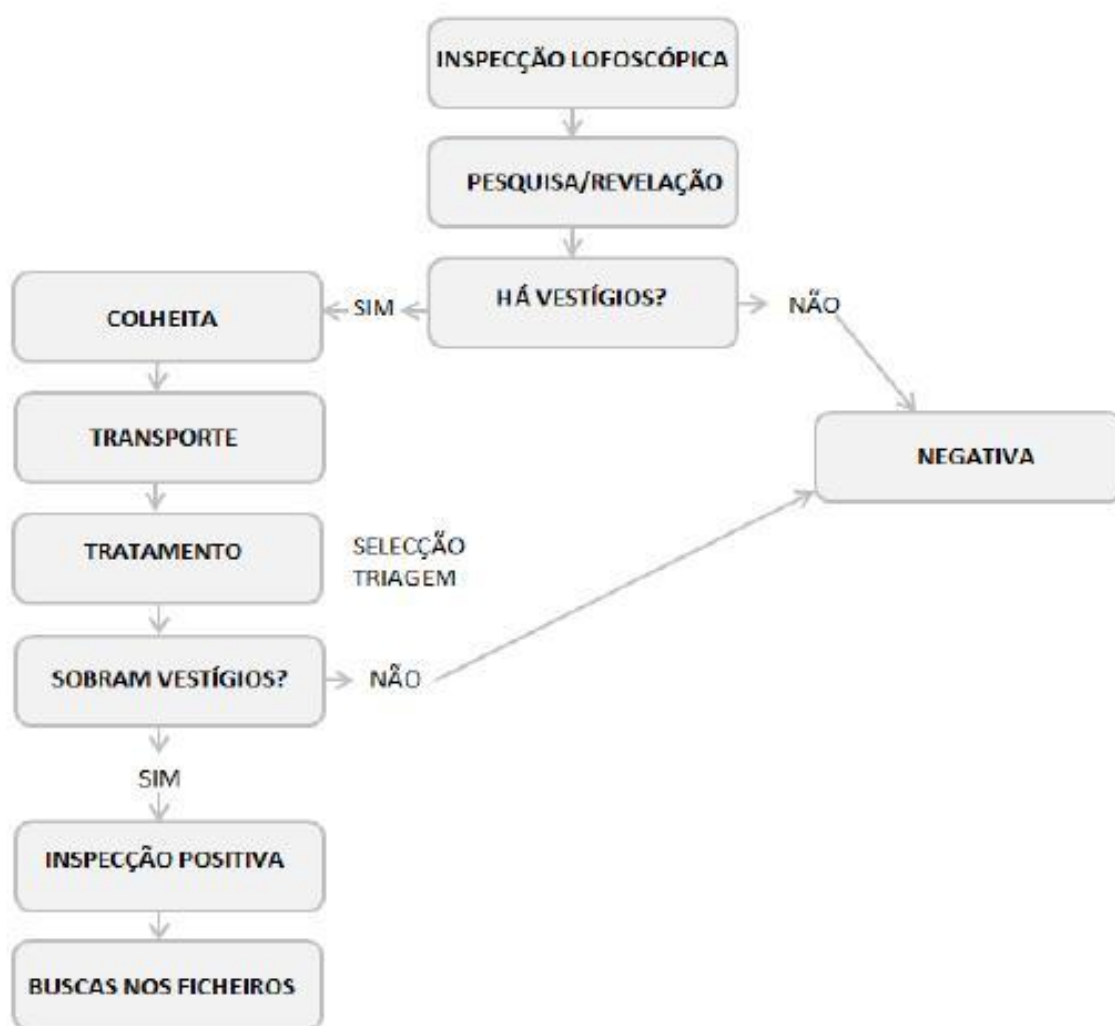


Figura n.º 4- Representação das fases de uma inspeção lofoscópica
Fonte: Matos (2013)

ANEXO C - Modelo de Cotejo de Impressões Digitais e Palmares

COTEJO DE IMPRESSÕES DIGITAIS			
Impressões recolhidas em _____			
Nome _____			
Nascido a ____/____/____		Residência _____	
B.I. n.º _____		Data ____/____/____	
		Arquivo de _____	
<div>10. Auricular</div> <div>9. Anular</div> <div>8. Médio</div> <div>7. Indicador</div> <div>6. Polegar</div> <div>MÃO ESQUERDA</div>		<div>IMPRESSÕES SIMULTÂNEAS</div>	<div>5. Auricular</div> <div>4. Anular</div> <div>3. Médio</div> <div>2. Indicador</div> <div>1. Polegar</div> <div>MÃO DIREITA</div>

Figura n.º 5 - Modelo de cotejo de impressões digitais
 Fonte: Calado, F. et al. 2008

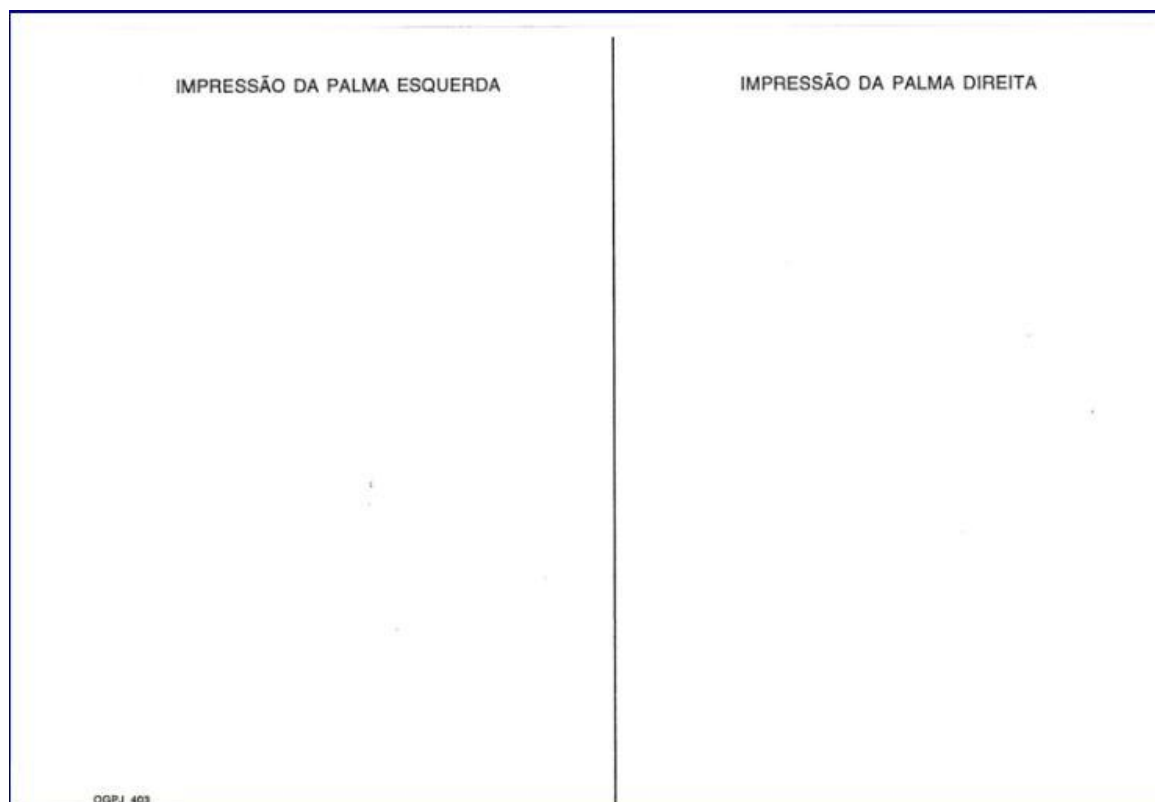


Figura n.º 6 - Modelo de cotejo de impressões palmares
Fonte: Calado, F. et al. 2008

ANEXO D - Modelo de Resenha de Impressões Digitais e Palmares

			Fórmula decadactilar	
Res. N.º _____		Data nasc. ____/____/____		Fórmula palmar
N. _____		_____ - _____		
1 Polegar	2 Indicador	3 Médio	4 Anelar	5 Auricular
6 Polegar	7 Indicador	8 Médio	9 Anelar	10 Auricular
Mão Esquerda		Polegar	Polegar	Mão Direita

Figura n.º 7- Modelo de resenha de impressões digitais

Fonte: Calado, F. et al. 2008

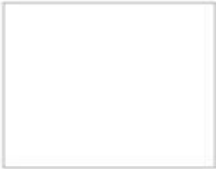
Res. N.º _____	
Recolhida por: _____	
Nome _____	
Filho de _____ e de _____	
Natural da freguesia de _____ concelho de _____	
Nascido a ____/____/____ Estado Civil _____ Nacionalidade _____	
Profissão _____	<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F
Residência _____	
B. Identidade ____/____/____/____/____/____/____/____/____ de ____/____/____ do Arquivo de Identificação _____	
Local da Resenha _____ Data ____/____/____	
Motivo _____	
Classificação Policial _____	
Assinatura _____	
Observações: _____	

Figura n.º 8 - Modelo de resenha de impressões palmares
Fonte: Calado, F. et al. 2008

	N.º Informático _____	Res. _____	Data Nasc. ____/____/____
	Nome: _____		
Palma Direita			
	Polgar Direito	Bordo Lateral	
CEGIBAFONBI SI PAFTA			

Figura n.º 9 - Modelo de resenha de impressões da palma direita
Fonte: Calado, F. et al. 2008

	Bordo Lateral
	Polegar Esquerdo
	Palm. Esquerda
	Observações:.....

Figura n.º 10 - Modelo de resenha de impressões da palma esquerda
Fonte: Calado, F. et al. 2008